

Ambiental Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes
ao Exercício findo em 31 de Dezembro
de 2025 e Relatório do Auditor
Independente**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Inovação e Energia

ANO 2025

URE JOINVILLE
AMBIENTAL

Unidade de Recuperação Energética



ambiental

CUIDANDO DA NOSSA CIDADE



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Ambiental Participações S.A. tem a satisfação de apresentar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, reafirmando seu compromisso com a transparência, a sustentabilidade e a geração de valor para seus acionistas, colaboradores e para a sociedade.

O ano de 2025 foi marcado por importantes conquistas estratégicas que reforçam o posicionamento da Companhia como referência no mercado de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos. Dentre os principais destaques, ressalta-se a celebração do contrato de concessão no município de Rio do Sul, um marco relevante que amplia a presença da Companhia e consolida sua expertise e liderança nacional em número de concessões com cobrança direta de tarifas.

Outro avanço significativo foi a inauguração da Unidade de Recuperação Energética (URE) de Joinville, um projeto inovador e pioneiro na América Latina que representa um importante passo na valorização de resíduos sólidos por meio da geração de energia. A URE reforça o compromisso da Ambiental com soluções sustentáveis, alinhadas às melhores práticas ambientais e às tendências globais de economia circular e transição energética.

Esses avanços estão diretamente conectados ao propósito que orienta a atuação da Companhia: “existimos para cuidar das cidades e do meio ambiente, promovendo saúde e qualidade de vida às pessoas, transformando cada lugar desde o primeiro dia em que chegamos”. É essa diretriz que fundamenta nossas decisões e impulsiona nossa atuação em cada projeto e operação.

Ao longo do exercício, a Companhia manteve seu foco na excelência operacional, na disciplina financeira e na busca contínua por eficiência, mesmo diante de um cenário econômico desafiador. Esses pilares têm sido fundamentais para sustentar o crescimento consistente e a solidez dos resultados apresentados.

Mais do que os avanços operacionais e estratégicos, os resultados de 2025 refletem, sobretudo, o comprometimento, a competência e a dedicação das pessoas que fazem parte da Ambiental. São os nossos colaboradores, em todos os níveis da organização, que transformam desafios em oportunidades e que, diariamente, dão vida ao nosso propósito.

Por fim, a Administração expressa seu sincero agradecimento a todos os colaboradores, parceiros, clientes e acionistas pela confiança, pelo engajamento e pela contribuição ao longo do ano. É por

meio dessa construção conjunta que seguimos avançando, gerando valor e promovendo impacto positivo nas cidades em que atuamos.

SOBRE A AMBIENTAL

A Ambiental Participações S.A. (“Companhia”) é uma holding constituída para controlar as empresas do grupo. A Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (“Empresa”), é a principal empresa que compõe a Companhia e atua nas áreas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos.

A Ambiental tem sua Sede Administrativa em Joinville, à rua Coronel Santiago, 400, Bairro Anita Garibaldi. Atua no setor de limpeza urbana desde 1999 e no setor de saneamento desde 2003, oferecendo serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Os serviços de coleta são realizados periodicamente, de acordo com as demandas estabelecidas pelas prefeituras em que a Ambiental está presente. Esses serviços incluem coleta de resíduos sólidos comuns, resíduos recicláveis, resíduos sólidos especiais e resíduos sólidos de serviços de saúde, todos com tratamento e disposição final adequados, para os quais há cobrança direta de tarifa aos usuários.

Fazem parte dos serviços gerais de limpeza as atividades de raspagem, capina mecanizada, varrição de vias pavimentadas, limpeza de bocas de lobo, limpeza de praias, e pintura de meio-fio.

No saneamento, a Ambiental realiza a operação, manutenção e melhoria das unidades que compõem os sistemas de abastecimento de água (captação, recalque, adução, tratamento, reservação e distribuição) e de esgotamento sanitário (ligações de esgoto, redes coletoras, elevatórias e estações de tratamento de esgoto).

A Companhia preza, acima de tudo, por cuidar das cidades, com todo o esmero, contribuindo com a saúde pública, o bem-estar da população e a preservação do meio ambiente. O comprometimento em atuar de forma mais sustentável é comprovado por meio das diretrizes dos pilares ESG.

Em 2025 publicamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, referente ao ano de 2024, que representa o compromisso da Companhia com a transparência e a gestão responsável dos seus serviços. O documento consolida os avanços obtidos ao longo do ano e demonstra como os temas materiais estão incorporados à estratégia do negócio, orientando decisões, investimentos e prioridades.

O relatório completo está disponível no site da Ambiental (ambiental.sc/relatorio-de-sustentabilidade/).

Programas de Educação Ambiental

A Companhia conta com um Programa de Educação Ambiental estruturado em diversas iniciativas voltadas à conscientização e ao engajamento da sociedade. Entre elas, destacam-se o ReciclaBC (Balneário Camboriú), Recicla Itajaí e Recicla São Chico, que incentivam práticas sustentáveis como a separação correta dos resíduos, o descarte consciente e a valorização da reciclagem. As ações incluem atividades educativas, palestras, oficinas, participação em eventos e campanhas realizadas em escolas, empresas e comunidades.

O Parque de Educação Ambiental Bororós, localizado no aterro sanitário de Joinville, integra essa estratégia como um espaço permanente de aprendizagem e sensibilização. O local conta com auditório, viveiro de mudas, trilhas ecológicas, mirantes e ambientes educativos que permitem aos visitantes acompanhar as etapas do tratamento de resíduos, da compostagem, do sistema de tratamento de efluentes e da Unidade de Recuperação Energética (URE), promovendo a compreensão sobre a gestão e a valorização dos resíduos sólidos urbanos.

Complementando as iniciativas presenciais, o Workshop Futuro Ambiental é realizado gratuitamente em formato online e ao vivo, com o objetivo de capacitar professores, síndicos, acadêmicos e a comunidade em geral. O evento aborda temas como separação e destinação adequada de resíduos, sustentabilidade aplicada ao cotidiano e práticas inovadoras na gestão de resíduos.

Em 2025, o Programa de Educação Ambiental promoveu ações que impactaram aproximadamente 40 mil pessoas, reforçando o compromisso da organização com a sustentabilidade e a transformação socioambiental.

MODELO DE COBRANÇA

Benefícios no modelo de cobrança da Ambiental:

- ✓ Expertise nesse modelo de negócio por ser a primeira empresa do segmento a realizar a cobrança direta por meio de tarifas;
- ✓ Agilidade no processo de cobrança e medidas para redução da inadimplência, como negativação, cobrança ativa e cobrança judicial;
- ✓ Contato com a população, fatura de baixo valor e atendimento em canal direto (valor médio da tarifa mensal em 2025 foi de R\$ 38,51);
- ✓ Os serviços prestados com qualidade pela Empresa refletem em menor inadimplência;
- ✓ Os valores das tarifas entram no caixa da Empresa sem intermediação das Prefeituras;

- ✓ Gestão independente da carteira com mais de 600 mil clientes.

Os contratos de concessão são reajustados anualmente com base na análise de custos e despesas relacionadas às atividades, isso reflete no aumento da quantidade de funcionários, veículos e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

CONQUISTAS COMERCIAIS

O ano de 2025 foi marcado por avanços importantes na consolidação e expansão das atividades do Departamento Comercial da Companhia, refletindo tanto no fortalecimento da atuação no mercado público quanto no crescimento das oportunidades estratégicas para os próximos anos.

Entre os principais resultados, destaca-se a atuação em processos licitatórios, com 946 licitações analisadas ao longo do ano, das quais 95 foram efetivamente disputadas, resultando em 44 vitórias. Esses processos representaram um potencial de faturamento convertido de aproximadamente R\$ 82,9MM em contratos para os próximos 12 meses, considerando novos contratos e a manutenção de contratos vigentes.

Outro destaque de 2025 foi o avanço da estruturação e desenvolvimento de projetos de concessão. Ao longo do ano, a Empresa manteve forte atuação na prospecção e desenvolvimento de projetos estratégicos, com o protocolo de 13 novas MIPs (Manifestações de Interesse Privado) e a habilitação em 5 novos editais de PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), envolvendo municípios e consórcios estratégicos como Curitibaanos, Herval d'Oeste e COINCO, além de iniciativas em outros estados. Paralelamente, 7 PMIs permanecem em fase de elaboração ou revisão, ampliando o pipeline de projetos para os próximos anos.

Ainda no campo das concessões, 2025 representou um marco relevante na trajetória da Companhia, com a assinatura de dois contratos estratégicos. **Destaca-se a assinatura do contrato de Concessão de Rio do Sul/SC**, que marcou a primeira concessão conquistada pela Ambiental após mais de 20 anos. O contrato possui prazo de 30 anos e contempla a prestação integrada dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, com faturamento anual superior a R\$ 17MM.

Outro avanço relevante foi a **assinatura do contrato de Concessão de Rolândia/PR**, que representa a primeira PPP (Parceria Público-Privada) do estado do Paraná. Assim como em Rio do Sul, o contrato possui prazo de 30 anos e abrange os serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, com faturamento anual superior a R\$ 16MM.

Além da ampliação das Concessões, o ano também foi marcado pelo avanço operacional em novas regiões e acréscimo de serviços. Em 2025 ocorreu o início da operação do município de Lages/SC, maior município em extensão territorial de Santa Catarina. Paralelamente, foram firmados aditivos

contratuais em diversos municípios, com destaque para Camboriú, Chapecó, Herval d'Oeste, Joaçaba e Saudades, contemplando principalmente a ampliação de serviços relacionados ao manejo de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva e limpeza urbana.

Como resultado da ampliação de contratos existentes e da entrada em novos mercados, 2025 também foi marcado por um crescimento relevante no faturamento da Empresa, acrescentando R\$ 25,24MM de novos faturamentos ao já existente. Esse resultado reflete a consolidação da estratégia comercial da Companhia, baseada na expansão da carteira de contratos públicos e privados, na participação ativa em processos licitatórios e no desenvolvimento de projetos estruturantes para o setor.

IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA (URE) NO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE JOINVILLE

O que é a URE?

A Unidade de Recuperação Energética implantada no Aterro Sanitário de Joinville consiste em uma moderna alternativa tecnológica para destinação final de RSU (resíduos sólidos urbanos), que aproveita o seu potencial energético para geração de energia. Processa 110 t/dia de RSU e tem potência de geração de 3,25 MWh de energia elétrica. A implantação da URE vai ao encontro de uma tendência mundial pela redução da dependência dos aterros sanitários e está alinhada com os conceitos mais atuais para o tratamento de resíduos.

A URE Joinville será a primeira usina do país a ser implantada com essa rota tecnológica, que irá tratar RSU e gerar energia elétrica.

Como a URE vai funcionar?

Cerca de 25% dos resíduos que chegam ao aterro sanitário serão direcionados para a URE, após a pesagem.

O resíduo passará por etapas de trituração e secagem, para tornar-se CBSI (combustível biossintético industrial derivado de resíduos), com características homogêneas.

O CBSI alimentará uma caldeira de geração de vapor, o qual movimentará uma turbina para geração de energia elétrica. Todo o processo, incluindo a geração de vapor na caldeira, será totalmente monitorado e contará com sistemas de tratamento dos gases de combustão para garantir o total atendimento às normativas de emissões atmosféricas. A segurança do processo será garantida por sistema supervisor e uma série de sensores capazes de auto ajustar a operação, ou até mesmo interrompê-la se houver necessidade.

Parte da energia gerada será consumida pela própria URE e o excedente será destinado ao sistema de compensação de crédito de energia, conhecido como Geração Distribuída

Quais os benefícios da URE?

- ✓ Aumento em 25% da vida útil das áreas de depósito disponíveis no complexo.
- ✓ Geração de 2.106 MWh/mês de energia elétrica, equivalente ao abastecimento de mais de 7.000 residências (cerca de 3% das unidades consumidoras de Joinville).
- ✓ Redução da emissão de gases de efeito estufa, pela menor geração de metano no aterro sanitário (que é 21 vezes mais poluente do que o CO₂). Com o início da operação da URE, o aterro sanitário deixará de emitir aprox. 29.000 t CO₂-eq / ano (isso é equivalente à emissão de cerca de 30.000 automóveis em um ano, segundo dados da CETESB em 2020). Ao longo da vida útil do aterro, estimada em 21 anos, isso equivale a 609.000 t CO₂-eq não emitidos.
- ✓ Reduzida área de implantação (mais de 7 vezes menor), quando comparado a aterro sanitário. O espaço destinado à URE é de aprox. 7.000 m². A área estimada para o aterro de 110 t/dia ao longo da vida útil de 21 anos seria de aprox. 50.000 m².
- ✓ Contribuição para atendimento de meta do Planares 2022, de aumentar a recuperação e aproveitamento energético por meio de tratamento térmico de RSU, cujo objetivo do Plano é alcançar a potência instalada de 994 MW até 2040.
- ✓ Contribuição para atendimento da meta do Compromisso Mundial contra o Metano, assumido pelo Brasil na COP26, de reduzir as emissões de metano em 30% para 2030, em comparação com os níveis de 2020. Com a URE em operação, o complexo do Parque de Educação Ambiental Bororós reduzirá suas emissões de gases de efeito estufa em 22%.
- ✓ Contribuição para atendimento de compromisso pactuado junto ao IMA, de minimizar em no mínimo 20% os resíduos encaminhados aos maciços de resíduos sólidos do aterro sanitário até o término de validade da LAO renovada em 2023.

Qual o estágio atual da URE?

A etapa de implantação da URE (obras e instalações de equipamentos) foi totalmente finalizada no começo de 2025, quando iniciou o comissionamento da planta.

Em agosto de 2025 foi emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA – a Licença Ambiental de Operação nº 3160/2025, autorizando a operação da URE em regime pleno.

A inauguração oficial da URE ocorreu em 30/09/2025, a partir de quando considera-se oficialmente o início das operações. Desde então, o time responsável pela operação vem amadurecendo a prática operacional por meio da melhoria contínua dos processos de produção da planta.

IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GASEIFICAÇÃO DE RESÍDUOS NO ATERRO SANITÁRIO DE ERVAL VELHO

O que é o Gaseificador?

O Gaseificador de Resíduos Sólidos a ser implantado no aterro sanitário de Erval Velho é uma tecnologia de tratamento térmico de resíduos, que promove a degradação dos resíduos em condições de pouco oxigênio. É diferente da incineração, posto que a última é realizada com excesso de ar.

As condições de elevada temperatura e baixa disponibilidade de oxigênio promovem a decomposição dos materiais em um gás denominado *syngas*, ou gás de síntese, que apresenta poder calorífico suficiente para sustentar chamas.

Essa iniciativa já ocorreu nesta mesma unidade em 2023, quando os melhores resultados obtidos foram a gaseificação contínua de resíduos sólidos da coleta convencional por um período contínuo de 1 mês, apresentando uma produtividade de 150kg/h. Com os resultados obtidos, foram projetadas melhorias e redimensionamentos de projeto, a fim de obter uma produção de 2t/h no novo teste a ser iniciado.

Como vai funcionar?

Os resíduos serão inicialmente descarregados em um galpão de processamento para triagem, trituração e homogeneização. Nesta etapa serão retirados manualmente os materiais inertes, que não contribuem para a gaseificação e podem danificar os equipamentos, assim como será realizada a trituração dos resíduos para gerar Combustível Derivado de Resíduos (CDR).

O CDR será armazenado na baia de alimentação do gaseificador, onde será homogeneizado e transportado para o funil de alimentação do equipamento.

Após o processo de gaseificação do CDR, o processo deverá gerar cinzas em uma proporção de aproximadamente 20% do peso inicial, e gás de síntese, que será queimado em flare (chaminé de queima centralizada do gás). As cinzas serão destinadas ao aterro sanitário de Erval Velho.

Quais os benefícios?

- Com previsão de tratamento de até 2t/h, o gaseificador apresenta um enorme potencial de aumento de vida útil do aterro sanitário de Erval Velho;
- Eliminação de passivos ambientais, uma vez que as cinzas aterradas são inertes;

- Possibilidade de aproveitamento térmico do *syngas*, eventualmente com geração de energia elétrica em uma segunda fase do projeto;
- Inovação tecnológica e pioneirismo no tratamento de resíduos nesta escala.

Qual o estágio atual?

Em janeiro de 2025 foi liberada parte dos recursos FINEP para financiamento do projeto de inovação, posteriormente, em maio foi definido o novo layout e estruturas para implantação do projeto.

No segundo semestre de 2025 foi construída a estrutura principal que irá abrigar a estrutura de preparação do CDR, com uso de galpão lonado. Paralelamente, os fornecedores iniciaram a fabricação dos equipamentos da linha de CDR e do gaseificador.

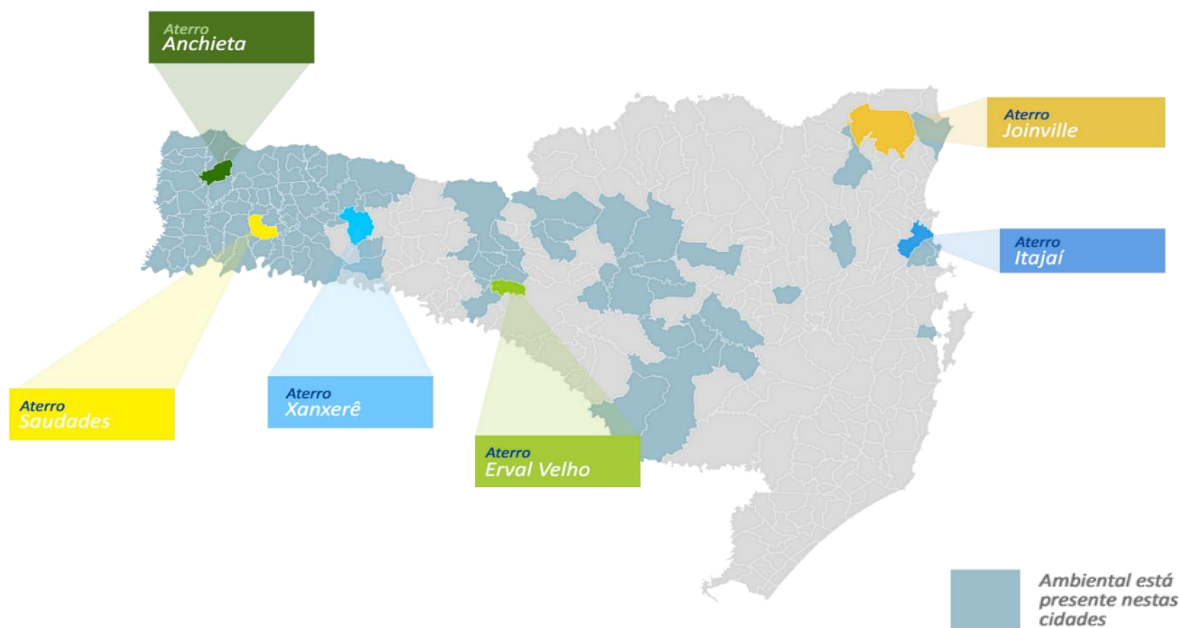
A montagem do gaseificador foi iniciada em fevereiro de 2026, com previsão para conclusão até março, mesmo prazo informado para conclusão da entrega e montagem da linha de CDR.



DESEMPENHO OPERACIONAL

A Ambiental conta com seis aterros sanitários no estado de Santa Catarina nos municípios de Joinville, Itajaí, Erval Velho, Anchieta, Saudades e Xanxerê.

A Companhia passou a contar com cerca de 4.100 funcionários dispostos em mais de 100 municípios de Santa Catarina, o que consolidou como maior player do setor no estado.



DESTINAÇÃO FINAL

Unidade	Quantidade de resíduos destinados nos aterros (t)		
	2025	2024	Variação (%)
Aterro de Itajaí	210.926	208.981	1%
Aterro de Joinville	185.437	178.272	4%
Aterro Saudades	67.582	82.394	(18%)
Aterro Anchieta	34.960	32.640	7%
Aterro Xanxerê	32.341	28.317	14%
Aterro Erval Velho	26.262	25.233	4%
Total	557.508	555.837	0,3%

(*) Aterro de Itajaí recebe resíduos de Balneário Camboriú e Itajaí.

A quantidade total de resíduos permaneceu a mesma em relação ao ano de 2024. O principal motivo foi o término de contratos com alguns municípios da região oeste do estado.

COLETA DE RESÍDUOS

Unidade	Quantidade de resíduos coletados (toneladas)		
	2025	2024	Variação (%)
Balneário Camboriú	60.047	61.618	(3%)
Camboriú	32.172	30.315	6%
Indaial	-	13.965	-
Itajaí	91.299	85.770	6%
Itapema	39.525	34.204	16%
Jaraguá do Sul	46.279	38.360	21%
Joinville	172.659	148.273	16%
Rio do Sul	15.248	-	-
São Francisco do Sul	31.828	26.877	18%
São José	79.840	73.555	9%
Oeste	190.504	178.693	7%
Total	759.401	691.630	10%

A quantidade total de resíduos coletados apresentou aumento de 10% em comparação com o ano de 2024. Em 2025 encerramos as atividades no município de Indaial. Em contrapartida, tivemos o início da prestação dos serviços de coleta no município de Rio do Sul.

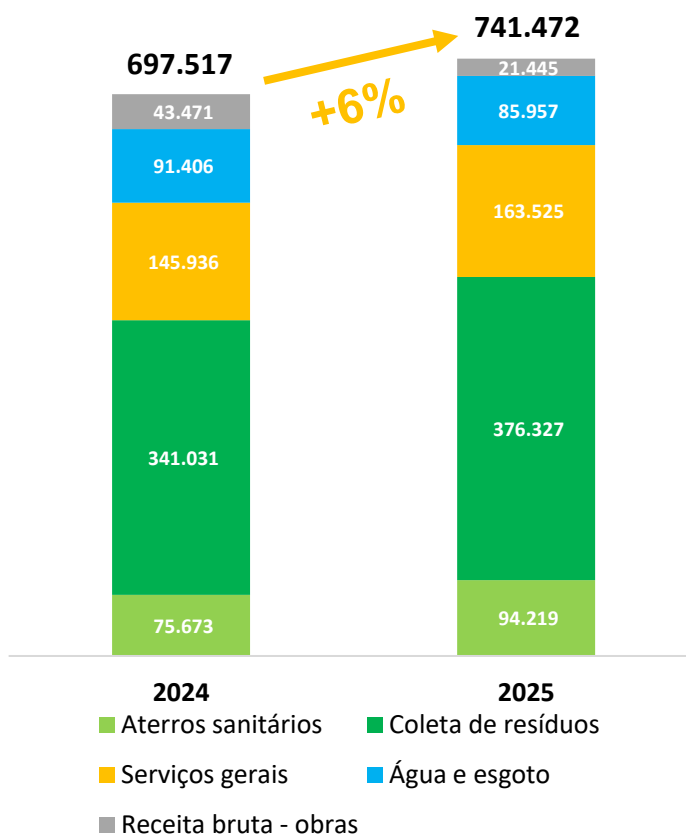


DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA

Receita	2025	2024	Var. (%)
Aterros sanitários	94.219	75.673	25%
Coleta de resíduos	376.327	341.031	10%
Serviços gerais	163.525	145.936	12%
Água e esgoto	85.957	91.406	(6%)
Receita bruta - obras concessões	21.445	43.471	(51%)
Receita bruta total	741.472	697.517	6%
Impostos sobre os serviços	87.787	78.556	12%
Receita líquida total	653.685	618.961	6%

No ano de 2025 a receita líquida atingiu R\$654MM, um aumento de 6% em relação ao ano de 2024, que pode ser atribuído principalmente a: (i) incremento da receita de novo contrato de água e esgoto em Itajaí; (ii) conquista de novos contratos de concessão e prestação de serviços.



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas	2025	2024	Var. (%)
Custos operacionais	470.498	436.531	8%
Custos - obras concessões	8.119	24.882	(67%)
Depreciação e amortização	46.319	38.487	20%
Custos totais	524.936	499.900	5%
Despesas administrativas	40.440	35.149	15%
Custos e despesas totais	565.376	535.049	6%

O crescimento dos custos e despesas, incluindo a depreciação e amortização, foi proporcional ao aumento da receita. Já os custos com as obras das concessões resultaram em queda em comparação com o ano de 2024 em função da redução da necessidade de investimentos nos contratos de concessão.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2025	2024	Var. (%)
Receita financeira	50.903	28.272	80%
Despesa financeira	60.029	44.077	36%
Resultado financeiro	(9.126)	(15.805)	(42%)

Em 2025, ocorreu um aumento nas receitas financeiras justificado pelo reconhecimento de crédito de ação de cobrança contra o município de Joinville originado em 2003. Desconsiderando esse efeito não recorrente, a receita financeira fica levemente abaixo do ano anterior, justificada pela menor posição média de caixa. Já o aumento das despesas financeiras se dá por dois principais motivos: (i) aumento do desconto concedido para pagamento à vista das tarifas de coleta de lixo para 10%; e (ii) indexadores dos contratos de financiamentos - Selic e CDI - em patamares mais elevados em 2025.

RESULTADO LÍQUIDO

Resultado líquido	2025	2024	Var. (%)
Receita operacional líquida	653.685	618.961	6%
Custos dos serviços prestados	(524.936)	(499.900)	5%
Resultado bruto	128.749	119.061	8%
Despesas administrativas	(40.440)	(35.149)	15%
Outras Receitas	11.671	7.020	66%
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber	(6.279)	(5.985)	5%
Equivalência Patrimonial	(610)	(423)	44%
Resultado antes do resultado financeiro	93.091	84.524	10%
Receita financeira	50.903	28.272	80%
Despesa financeira	(60.029)	(44.077)	36%
IRPJ e CSLL	26.017	20.437	27%
Resultado líquido	57.948	48.282	20%

O Resultado líquido apresentou variação significativa, com aumento de 20% em comparação ao ano de 2024. O principal fator que contribuiu para esse crescimento foi o reconhecimento de crédito referente ação de cobrança contra o município de Joinville originado em 2003. Adicionalmente, houve ganho tributário decorrente do recálculo do PIS e Cofins, resultado de um estudo voltado ao melhor aproveitamento dos créditos fiscais.

EBITDA

Ebitda	2025	2024	Var. (%)
(=) Resultado líquido	57.948	48.282	20%
(+) IRPJ e CSLL	26.017	20.437	27%
(+) Resultado financeiro	9.126	15.805	(42%)
(+) Depreciação e amortização	46.319	38.487	20%
Ebitda	139.410	123.011	13%
Ebitda/Receita Bruta	19%	18%	-
Ebitda/Receita Líquida	21%	20%	-

Em 2025, o Ebitda atingiu R\$139,4MM, um aumento de 13% em relação ao ano de 2024, justificado pela eficiência operacional da Companhia.



ENDIVIDAMENTO

Endividamento	2025	2024	Var. (%)
Dívida financeira líquida	155.079	156.442	(1%)
Dívida com Sellers	44.349	57.620	(23%)
Dívida líquida	199.428	214.062	(7%)
Ebitda	139.410	123.011	13%
Dívida líquida/Ebitda	1,43	1,74	(18%)

Em 2025 a Companhia apresentou um índice de endividamento de 1,43x dívida líquida com Sellers / Ebitda, inferior ao índice do ano de 2024, que foi 1,74x. Esses índices atendem os *covenants* definidos nas emissões de dívida.

CAPEX

Capex	2025	2024
Renovação e reforma de frota	17.843	31.100
Aterro Sanitário Oeste	9.136	3.594
Aterro Sanitário Joinville	6.827	21.771
Outros investimentos	3.043	4.379
CVM, PEV, Triturador e SCS	1.758	2.098
Aterro Sanitário Itajaí	883	1.055
Capex total	39.490	63.997

Os investimentos em 2025 foram de R\$39MM impulsionados principalmente pela renovação da frota (aquisição de conjuntos caminhão/coletor compactador) e dos investimentos realizados nas estruturas dos aterros sanitários. Investimentos esses necessários para a melhoria operacional e aumento de vida útil das plantas.

Destacados como outros investimentos consideramos: reformas das estruturas físicas da matriz e de filiais, além de investimento em equipamentos de informática.

READEQUAÇÃO DO PERFIL DA DÍVIDA DA COMPANHIA

Em 2025, foi identificada uma oportunidade de melhoria no perfil da dívida da Companhia, que consistia na liquidação da operação de debêntures da Ambiental Participações, cujo saldo era de

aproximadamente R\$ 40 milhões, com recursos provenientes de uma nova emissão no mesmo valor, mas com novas condições de prazo e carência e tomada pela Ambiental Limpeza Urbana, trazendo aproveitamento tributário.

A nova operação foi estruturada durante o primeiro semestre e operacionalizada em junho. Já as debêntures foram liquidadas em julho, confirmando a estrutura prevista, que trará, ao longo dos sete anos de vigência da nova operação, uma economia de R\$ 3,2 milhões a valor presente.

NOVA OPERAÇÃO FINEP

Em janeiro de 2025, foi estruturada e concretizada uma nova operação de crédito na Finep, com objetivo de financiar o projeto de gaseificação de resíduos urbanos no aterro de Erval Velho. A operação, feita através de repasse do Banco ABC, foi fechada no valor de R\$ 8MM com 60 meses de prazo, 12 meses de carência e taxa indexada à TR. Essas condições diferenciadas em uma instituição como a Finep comprovam a aptidão da Companhia para projetos de infraestrutura e inovação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho

Álvaro de Calazans Gayoso Neves Filho

Conselheiros Independentes

Holdemar Alves

Luana Siewert Pretto

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia preserva a independência do auditor, de acordo com a regulamentação aplicável, na contratação de serviços não relacionados a auditoria externa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes somente prestaram serviços relacionados a auditoria externa.

Atenciosamente,

Holdemar Alves
Diretor Presidente

Ugino Nolli Junior
Diretor Financeiro

Joinville, 27 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da

Ambiental Participações S.A.

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ambiental Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ambiental Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas 4.12 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nºs 4.12 e nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da controlada decorre substancialmente da prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana. A prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana, realizada majoritariamente para entes do Poder Público, por meio de contratos de concessão ou contratos de prestação de serviços. De acordo com as normas contábeis vigentes, a receita deve ser reconhecida quando o serviço é prestado ao cliente.</p> <p>Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de prestação de serviços representam montante relevante no conjunto das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (ii) uma porção significativa das receitas de prestação de serviços das controladas é obtida através de licitações realizadas com diversos municípios do Estado de Santa Catarina; (iii) uma segunda porção das receitas é obtida através da cobrança de tarifas de coleta de lixo diretamente de pessoas físicas ou jurídicas; e (iv) os serviços prestados no final do mês de dezembro e não faturados, são provisionados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das principais atividades de controles internos da controlada relacionados ao processo da Administração para registrar o montante de receita de prestação de serviços, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (ii) quando aplicável, verificamos documentos de atualizações de valores anuais referentes aos contratos de licitação vigentes; (iii) ampliamos nossa abordagem de auditoria por meio da utilização de procedimentos automatizados de análise de dados, aplicados nos lançamentos contábeis de receita, com o objetivo de identificar transações e padrões atípicos que pudessem indicar riscos de distorção relevante; e (iv) recalculamos a receita de construção, realizamos uma amostra e verificamos as respectivas notas fiscais, boletins de medição e comprovante de liquidação.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita, realizados pela controlada, assim como as respectivas divulgações, estão aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 30 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Yukiz de Andrade Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.602	1.931	67.318	76.620	Fornecedores	18	-	-	15.957	13.343
Contas a Receber de Clientes	7	1.275	1.217	69.497	71.539	Empréstimos e Financiamentos	19	14.623	23.734	36.274	35.982
Estoques		-	-	35	69	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	-	-	30.961	28.280
Tributos a Recuperar	8	3.094	2.518	17.951	10.380	Obrigações Tributárias	21	2.602	1.877	16.972	15.355
Juros sobre Capital Próprio a Receber	9	12.386	10.020	-	-	Passivo Fiscal Corrente	21	457	5	1.015	733
Outros Créditos	10	447	453	10.410	1.509	Empréstimos a Pagar à Partes Relacionadas	9	142.447	102.066	-	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		19.804	16.139	165.211	160.117	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	9	26.138	4.354	26.138	4.354
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas	9	-	-	1.018	184	Outras Obrigações	22	-	-	30.201	31.244
Aplicações Financeiras		-	-	315	556	Passivo de Arrendamento	17	-	-	8.997	4.557
Depósitos Judiciais	23	-	-	2.193	1.374	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		186.267	132.036	166.515	133.848
Outros Créditos	10	650	1.063	58.911	29.573	NÃO CIRCULANTE					
Ativo de Contrato	12	-	-	52.860	145.190	Empréstimos e Financiamentos	19	57.689	99.101	175.348	187.649
Ativo Financeiro de Concessão	13	-	-	1.809	1.842	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	-	-	-	-
		650	1.063	117.106	178.719	Tributos Diferidos	11	2.111	1.355	55.650	39.468
Investimentos	14	385.942	344.935	653	1.254	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	9	41.033	-	41.033	-
Imobilizado	15	24.224	28.326	152.510	141.744	Outras Obrigações	22	-	-	25.272	39.603
Intangível	16	-	-	188.909	88.030	Provisão para Contingências	23	-	-	5.033	4.954
Ativo Direito de Uso	17	-	-	10.382	9.806	Provisão para encerramento dos aterros sanitários	24	-	-	10.808	10.747
Total do Ativo Não Circulante		410.816	374.324	469.560	419.553	Passivo de Arrendamento	17	-	-	2.093	5.430
						TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		100.833	100.456	315.237	287.851
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital Social	25	85.002	85.002	85.002	85.002
						Reservas de Lucros		58.518	72.969	58.518	72.969
						Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		143.520	157.971	143.520	157.971
						Não controladores		-	-	9.499	-
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		143.520	157.971	153.019	157.971
TOTAL DO ATIVO		430.620	390.463	634.771	579.670	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		430.620	390.463	634.771	579.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	<u>13.880</u>	<u>12.156</u>	<u>653.685</u>	<u>618.961</u>
Custo dos Serviços Prestados	27	(3.562)	(3.252)	(524.936)	(499.900)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>10.318</u>	<u>8.904</u>	<u>128.749</u>	<u>119.061</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>68.611</u>	<u>57.490</u>	<u>(35.658)</u>	<u>(34.537)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	27	(3.856)	(2.783)	(40.440)	(35.149)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber		-	-	(6.279)	(5.985)
Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas	27	(68)	(483)	11.671	7.020
Equivalência Patrimonial	14	72.535	60.756	(610)	(423)
LUCRO OPERACIONAL		<u>78.929</u>	<u>66.394</u>	<u>93.091</u>	<u>84.524</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	28	950	444	50.903	28.272
Despesas Financeiras	28	(15.878)	(17.739)	(60.029)	(44.077)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>64.001</u>	<u>49.099</u>	<u>83.965</u>	<u>68.719</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	11	(2.604)	(236)	(9.835)	(12.430)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(756)	(581)	(16.182)	(8.007)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>60.641</u>	<u>48.282</u>	<u>57.948</u>	<u>48.282</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				60.641	48.282
Participação dos Não Controladores				(2.693)	-
Quantidade de ações				<u>85.002</u>	<u>85.002</u>
Lucro líquido por ação				<u>0,71</u>	<u>0,57</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	60.641	48.282	57.948	48.282
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>60.641</u>	<u>48.282</u>	<u>57.948</u>	<u>48.282</u>
Atribuído a:				
Acionistas da Companhia	60.641	48.282	60.641	48.282
Participação dos Não Controladores			(2.693)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Total
			Reserva de Contingência	Reserva Legal	Reserva de Lucros				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		50.002	-	5.805	70.283	-	126.090	-	126.090
Resultado do Exercício:									
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	48.282	48.282	-	48.282
Destinações:									
Reserva Legal		-	-	2.414	-	(2.414)	-	-	-
Reserva de Contingência		-	16.899	-	-	(16.899)	-	-	-
Lucros Retidos		-	-	-	28.969	(28.969)	-	-	-
Transação de capital com sócios:									
Aumento de Capital Social	25	35.000	-	-	(35.000)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	-	(9.334)	-	(9.334)	-	(9.334)
Distribuição de Lucros	25	-	-	-	(7.067)	-	(7.067)	-	(7.067)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		85.002	16.899	8.219	47.851	-	157.971	-	157.971
Resultado do Exercício:									
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	60.641	60.641	(2.693)	57.948
Destinações:									
Reserva Legal		-	-	3.032	-	(3.032)	-	-	-
Reserva de Contingência		-	21.224	-	-	(21.224)	-	-	-
Lucros Retidos		-	-	-	36.385	(36.385)	-	-	-
Transação de capital com sócios:									
Aumento de Capital Social		-	-	-	-	-	-	12.192	12.192
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	-	(11.017)	-	(11.017)	-	(11.017)
Distribuição de Lucros	25	-	-	-	(64.075)	-	(64.075)	-	(64.075)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		85.002	38.123	11.251	9.144	-	143.520	9.499	153.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ambiental Participações S.A.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos		64.001	49.099	83.965	68.719
Ajustes:					
Equivalência Patrimonial	14	(72.535)	(60.756)	610	423
Depreciação e Amortização	27	4.102	3.548	46.319	38.487
Provisão para Contingências	23	-	-	79	1.459
Provisão de Juros sobre Outras Obrigações	22	-	-	6.569	6.570
Provisão de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	28	10.977	13.133	31.524	26.049
Provisão de Juros sobre Empréstimos com Partes Relacionadas	9	4.889	4.583	(41)	(14)
Provisão de Juros sobre Outros Créditos		-	-	(110)	-
Provisão de Juros sobre Ativos de Concessão	28	-	-	(858)	(1.631)
Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	7	-	-	6.279	5.910
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamentos	19	421	(11)	684	174
Ajuste a Valor Presente	28	-	-	1.949	1.128
Custo com encerramento de contratos de arrendamentos	17	-	-	177	-
Valor residual de Ativo Imobilizado e Intangível baixados		-	-	(42)	(53)
Perda na Alienação de Propriedade para Investimento		-	73	-	73
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a Receber de Clientes		(58)	(517)	(4.237)	(15.442)
Estoques		-	-	34	73
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos		24.434	26.149	-	-
Tributos a Recuperar		1.730	3.002	(14.902)	(3.413)
Outros Créditos		419	373	(38.151)	(361)
Depósitos Judiciais		-	-	(819)	(245)
Ativos de Financeiro e de Contrato		-	-	(20.751)	(37.110)
Fornecedores		-	(5)	2.614	(894)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		-	-	2.681	3.299
Obrigações Tributárias		(928)	(1.707)	(36)	(4.869)
Outras Obrigações		-	(10.034)	(2.263)	(8.720)
Impostos pagos		(238)	(10)	(2.192)	(7.245)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		37.215	26.920	99.083	72.367
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento de Capital em Controladas		-	-	9.199	-
Resgate de Aplicação Financeira		-	-	241	236
Outros Investimentos		(1)	(1)	(8)	(4)
Receita de alienação do Ativo Imobilizado		-	-	364	1.283
Adições do Ativo Imobilizado	15	-	(3.615)	(29.469)	(39.288)
Adições ao Ativo de Contrato e Intangível		-	-	(188)	(6.570)
Alienação de Propriedade para Investimento		-	400	-	400
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(1)	(3.216)	(19.860)	(43.943)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos		(10.622)	(12.406)	(10.622)	(12.406)
Captações de Empréstimos e Financiamentos	19	1.041	13.445	50.061	30.778
Pagamentos de investimentos adquiridos a prazo	22	-	-	(19.681)	(18.053)
Empréstimos com Partes Relacionadas		36.000	5.000	(800)	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	19	(54.595)	(22.939)	(71.202)	(32.935)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	19	(8.367)	(10.648)	(23.076)	(22.982)
Passivo de Arrendamento	17	-	-	(13.204)	(10.287)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO PELAS) / PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(36.543)	(27.548)	(88.524)	(65.885)
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		671	(3.844)	(9.302)	(37.461)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		1.931	5.775	76.620	114.081
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		2.602	1.931	67.318	76.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ambiental Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo iniciado suas atividades em 18 de agosto de 2020 e sua Sede Administrativa está localizada na Rua Coronel Santiago, 400, Anita Garibaldi no município de Joinville/SC.

Sua principal atividade atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding”, sendo seu principal ativo o investimento na Empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. A Companhia também realiza locação de veículos e equipamentos.

O principal setor de atuação da Companhia e suas subsidiárias (“Grupo”), por meio das investidas, é a Limpeza Urbana, mas opera também no setor de Saneamento. Oferece serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e prestações de serviços. A Companhia atualmente opera 6 aterros sanitários.

Investimento em controlada indireta – Riosulense SPE Ltda.

Por meio de sua controlada indireta Ambiental Meio Ambiente Ltda. e parceiros, a Companhia constituiu Sociedade de Propósito Específico - SPE para assumir o contrato de concessão do município de Rio do Sul/SC, que ocorreu em 07 de abril de 2025. O contrato abrange a prestação dos serviços de coleta de resíduos sólidos, transporte de resíduos provenientes dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), operação e manutenção dos PEVs e dos Ecopontos, destinação final dos resíduos, varrição manual de vias e serviços gerais de limpeza. O prazo contratual é de 30 anos e, a partir de janeiro de 2026, passou a ser realizada a cobrança direta aos usuários pelos serviços de manejo de resíduos.

Investimento em controlada indireta – CSA Rolândia SPE S.A.

Ainda em 2025, a Companhia constituiu Sociedade de Propósito Específico – SPE para assumir o contrato de concessão do município de Rolândia/PR. Os serviços a serem executados serão: coleta de resíduos sólidos comuns, recicláveis e volumosos, destinação final de resíduos, ponto de entrega voluntária, operação e manutenção de aterro sanitário, compostagem aeróbica, unidade de tratamento e valorização de resíduos sólidos, unidade de tratamento de resíduos volumosos, varrição manual de vias, serviços gerais de limpeza e educação ambiental. O prazo contratual é de 30 anos e prevê cobrança direta ao usuário a partir do terceiro exercício fiscal, referente aos serviços relacionados à coleta e destinação final de resíduos. O início da prestação dos serviços ocorreu em 05 de janeiro de 2026.

URE

A Unidade de Recuperação Energética (URE) foi inaugurada em 30 de setembro de 2025, instalada no Parque de Educação Ambiental Bororós, no município de Joinville. Alinhada às principais tendências globais, esta é a primeira planta da América Latina a converter resíduos em combustível biossintético e energia, o que amplia a vida útil do aterro sanitário e reduz a dependência desse modelo de destinação. Com a finalização da obra, a controlada direta Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. transferiu os saldos do Ativo de Contrato para o Ativo Intangível, para início da realização contábil da amortização.

Prorrogação contrato de concessão do município de São José/SC

Em 18 de dezembro de 2025 foi assinada a prorrogação do contrato de Concessão de São José por mais 15 anos, a contar a partir do seu primeiro vencimento no ano de 2031. Nesta renovação foram firmados compromissos de universalização do acesso aos serviços prestados e de sustentabilidade econômico financeira do contrato, entre eles destacam-se: diluição do complemento de tarifa referente ao ano de 2025, implantação de ponto de entrega voluntária – PEV e implantação de unidade de tratamento de resíduos – UTR.

Reorganização societária - Cisão Parcial

Em 30 de abril de 2024, sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. realizou transferência de patrimônio líquido através de cisão parcial para sua controlada direta Ambiental Meio Ambiente Ltda., criada em 08 de março de 2024, a fim de reestruturar a segmentação dos negócios de atuação da Grupo. Na cisão, o contrato de prestação de serviços da controlada com o Município de Indaial foi transferido para a Ambiental Meio Ambiente Ltda., que assumiu a prestação de serviços a partir de maio/2024. A relação de bens e saldos incorporados ao patrimônio dessa empresa é demonstrada a seguir:

	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Ambiental Meio Ambiente Ltda.
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1)	(1)
Outros Créditos	(5)	(5)
Imobilizado	(495)	(495)
Obrigações Sociais	172	172
Tributos Diferidos	104	104
Acervo líquido cindido	(225)	(225)

Contrato de concessão

Atualmente, suas controladas diretas e indiretas possuem as seguintes Concessões Públicas de Limpeza Urbana:

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Opção de renovação/extensão ao final da concessão (i)
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	1997 - 2037	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	Não
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Itajaí	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2005 - 2030	Prefeitura Municipal de Itapema	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Joinville	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2024 - 2043	Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2025 - 2046 (ii)	Prefeitura Municipal de São José	Sim
Riosulense SPE Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2025 - 2055 (iii)	Prefeitura Municipal de Rio do Sul	Sim
CSA Rolândia SPE S.A.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2026 - 2055 (iv)	Prefeitura Municipal de Rolândia	Sim

Ambiental Participações S.A.

(i) Contratos que possuem opção de renovação ou extensão dentro do prazo limite definido pelos Editais sem necessidade de nova licitação.

(ii) A renovação do contrato foi assinada no dia 18 de dezembro de 2025, prorrogando por mais 15 anos a partir do seu primeiro vencimento no ano de 2031.

(iii) A Companhia, por meio de sua controlada indireta Ambiental Meio Ambiente, firmou consórcio com parceiros e constituiu a Riosulense SPE Ltda. com a finalidade de assumir o Contrato de Concessão do município de Rio do Sul/SC, cuja vigência teve início em 07 de abril de 2025.

(iv) A Companhia firmou consórcio através de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. com parceiro e constituiu a CSA Rolândia SPE S.A., por meio da qual celebrou o Contrato de Concessão do município de Rolândia/PR em 17 de dezembro de 2025, com início de vigência em 05 de janeiro de 2026.

Em todas as concessões a Companhia possui direito de utilização total dos ativos concedidos durante o período do contrato. Obedecendo às condições de uso acordadas, deve efetuar melhorias nos ativos concedidos, como: investimentos no sistema de tratamento e destinação final de resíduos; obras de ampliação e implementação de melhorias nas instalações e/ou equipamentos.

A Companhia é requerida a realizar manutenções periódicas dos ativos (instalações, veículos, equipamentos). Estas manutenções são remuneradas através da tarifa acordada no início da concessão, e revisada anualmente, mediante reajuste ou readequação desta tarifa para garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Contratos de prestação de serviços

A Companhia, através de suas controladas, está presente em 113 municípios (122 em 31 de dezembro de 2024) do estado de Santa Catarina com 121 contratos públicos de prestação de serviços de Limpeza Urbana (155 em 31 de dezembro de 2024). Além dos contratos públicos, possui 1.974 contratos privados (1.931 em 31 de dezembro de 2024) para prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde ("lixo hospitalar") e 34 contratos privados para prestação de serviços de limpeza urbana (29 em 31 de dezembro de 2024).

Medidas de equacionamento econômico e financeiro:

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras da controladora o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 166.584 (R\$ 115.897 em 31 de dezembro de 2024) decorrente principalmente do fluxo de pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures descritos na nota explicativa nº 19. A Companhia está adotando medidas estratégicas para fortalecer sua estrutura de capital, mediante a captação de recursos por meio de ingresso de novo sócio. Essa iniciativa trará liquidez adicional para a Companhia, possibilitando a quitação das obrigações de curto prazo com sua controlada.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros será suficiente para quitar as obrigações das debêntures e demais passivos financeiros, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Além disso, historicamente a Companhia vem gerando recursos suficientes para arcar com todas as suas obrigações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em um período previsível de tempo. Desta forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas

Ambiental Participações S.A.

Contábeis Internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2026.

2.2. Base para consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas:

	Local de constituição e operação	Negócio	Quantidades de Ações / Cotas Possuídas		Participação no Capital Social (%)	
			2025	2024	2025	2024
Diretas:						
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	248.070	248.070	100%	100%
Indiretas:						
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	21	21	100,00%	100,00%
Ambiental Meio Ambiente Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	10.726	7.225	100,00%	-
Riosulense SPE Ltda (i)	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	8.332	-	39,55%	-
CSA Rolândia SPE S.A. (ii)	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	10.113	-	50,00%	-

- (i) A empresa foi constituída em 11 de dezembro de 2024 por meio de consórcio firmado entre sua controlada direta Ambiental Meio Ambiente e parceiros, com o objetivo de assumir o Contrato de Concessão do Município de Rio do Sul/SC.
- (ii) A empresa foi constituída por meio de consórcio firmado com parceiro em 08 de dezembro de 2025, com o objetivo de assumir o Contrato de Concessão do Município de Rolândia/PR.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O cálculo de equivalência patrimonial é realizado na mesma data do balanço da controladora.

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do controle exercido em relação à investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia determina, em cada fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão foi considerada necessária pela Administração.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

Ambiental Participações S.A.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, existindo destaque da participação dos sócios não controladores. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Suas controladas atuam nas seguintes atividades:

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.: atua no setor de Limpeza Urbana desde a sua fundação e ingressou no setor de Saneamento em 2003, oferecendo serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e contratos de prestações de serviços.

Riosulense SPE Ltda.: atua como concessionária do contrato de Concessão de Limpeza Urbana do Município de Rio do Sul/SC, com início de vigência em 07 de abril de 2025.

CSA Rolândia SPE S.A.: atua como concessionária do contrato de Concessão de Limpeza Urbana do Município de Rolândia/PR, cuja prestação de serviços teve início em 05 de janeiro de 2026.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d) Investimentos em coligada

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. A demonstração dos investimentos em entidade com influência significativa é conforme segue:

Nome da entidade	Local	Setor	Participação (ações)	Percentual de participação
Itajaí Biogás e Energia S.A. (i)	Brasil (PR)	Energia Elétrica	1.546	25%

(i) A Companhia possui influência significativa indireta por meio de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa nas reservas da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia constitui provisão em seu passivo quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada ou coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, exceto em situações de extinção ou inaplicabilidade de tal obrigação da data de apresentação das demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (ii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos, quando aplicável, dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro das empresas do Grupo. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração do Grupo. Anualmente, o Grupo revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

b) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração do Grupo, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito. Para esses processos, a controlada mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido atualizados; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor mais provável de desembolso estimado.
- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota e menor do que provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a controlada não faz provisão, mas divulga em nota explicativa os processos de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno, menor do que possível. Para esses processos, a controlada não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a controlada, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

c) Receita não faturada

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de direitos a faturar, com base em especificações de cada venda pautadas em contratos e cumprimento das obrigações de desempenho por valores considerados altamente prováveis de serem realizados pela controlada, observando o período de competência da efetiva prestação dos serviços.

d) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. registra as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida, metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a controlada acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

e) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais sua controlada ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

g) Direito de uso e passivo de arrendamento

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da controlada ("spread" de crédito). A controlada utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia nos exercícios apresentados.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A Companhia classifica os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento, considerando que referem-se ao custo de obtenção de recursos financeiros.

4.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber da Companhia são provisionadas para perdas baseada na taxa histórica de perdas de períodos anteriores e perdas esperadas, conforme preconiza o CPC 48 (IFRS 9). Nos casos em que a Companhia obtiver claras evidências de que o valor não será recebido, será considerado perda efetiva (Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber na Demonstração de Resultados).

A política da Companhia para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 180 dias. O saldo vencido há mais de 180 dias não provisionado em 31 de dezembro de 2025, líquido da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a renegociações em fase de formalização e com alta probabilidade de êxito, para os quais Administração não espera registrar perdas.

Além disso, em linha com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, a política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o relacionamento com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Fazem parte da estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes de domicílio, e há mais de 365 dias dos clientes públicos.

No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros a prazo e somente registrado se o mesmo for relevante para as demonstrações financeiras.

4.3. Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Ativo financeiro de concessão	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado

Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativo financeiro de concessão, fornecedores, debêntures, empréstimos a coligadas e adiantamento a clientes.

A Companhia avaliou no final do período se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estaria deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (debêntures, empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4.4. Intangível

Softwares e direitos de uso

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o poder concedente ou cliente.

Ativo intangível - Construções decorrentes de contratos de concessões

A Companhia reconhece seus ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização. O saldo é amortizado conforme prazo do contrato de concessão, ou vida útil, dos dois o menor.

4.5. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Outras Receitas (Despesas) Operacionais”

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	50
Instalações	15
Máquinas e equipamentos	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4 a 7
Equipamentos de comunicação	5
Benfeitorias em aterros sanitários	Conforme vida útil residual

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, sendo que representam adequadamente a posição no final do exercício.

4.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

4.7. Debêntures, empréstimos, notas comerciais e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

Ambiental Participações S.A.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.8. Arrendamentos

As controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

As obrigações das controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Todos os contratos contemplam opções de renovação.

Premissas para o reconhecimento

As controladas reconhecem o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (v) A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi obtida através de pesquisas de mercado, objetivando aplicar uma taxa de desconto similar ao custo financeiro de aquisição de ativos similares, caso fossem financiados.

As operações de arrendamento da controlada em vigência em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

i) Arrendatário

As controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. As controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

ii) Ativos de direito de uso

As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 10 anos.

iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, as controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

4.9. Concessões

Ativo financeiro - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção, sejam eles ao longo do contrato ou ao término da concessão.

Ativo intangível - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelas receitas de serviços remunerados diretamente pelo consumidor (proprietário ou responsável pelo imóvel), sendo caracterizadas como ativo intangível em suas contabilizações. Diante das circunstâncias desses casos, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (Concessionária) reconhece o ativo intangível na medida em que a contraprestação do concessionário depende do uso da infraestrutura, assumindo o risco de demanda.

A controlada reconhece seus ativos financeiros e intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela controlada. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

Modelo híbrido: os serviços em que parte do valor será subsidiada pelas prefeituras e a outra parte é paga pelo usuário, a controlada deve caracterizar a receita pelo modelo híbrido, reconhecendo a receita subsidiada pela prefeitura como ativo financeiro e os proventos advindos dos consumidores como ativo intangível.

4.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao período corrente são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.11. Ativo de Contrato e perdas com créditos de liquidação duvidosa

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, considerando os gastos incorridos pela controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. na formação da infraestrutura de cada contrato, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela controlada como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da controlada. Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros.

Os Ativos de Contrato são provisionadas para perdas baseada na taxa histórica de perdas de períodos anteriores e perdas esperadas, conforme preconiza o CPC 48 (IFRS 9). Historicamente, não há registros de perdas relacionadas a Ativos de Contrato.

4.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas do Grupo. O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a

seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos serviços, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos, quando aplicado da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Receitas de locação de veículos e equipamentos

Seguindo os requisitos para reconhecimento da receita, a Companhia registra a receita de locação pelo valor justo da contraprestação a receber, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida.

b) Receitas de serviços de saneamento e limpeza urbana

A receita de prestação de serviço de saneamento é reconhecida por ocasião da prestação de cada serviço, seguindo os requisitos de reconhecimento de receita. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

c) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da controlada na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12/ ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível e contas a receber por direitos a faturar).

d) Remuneração de ativo financeiro

A remuneração de ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da controlada. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

e) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A controlada reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

5. NORMAS EMITIDAS MAS AINDA NÃO VIGENTES

As seguintes novas normas foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia irá adotar as normas e novas interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pelo Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, ainda em tramitação. A reforma prevê a substituição gradual do ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre o valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada

entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal, e o IS exercerá função predominantemente regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A implementação integral do novo sistema está prevista para 2033, com período de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como principais objetivos a simplificação do sistema tributário nacional, a adoção do princípio da tributação no destino, a não cumulatividade plena, a uniformização da legislação em âmbito nacional e a centralização da gestão por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à atual multiplicidade de normas e regimes.

Durante o período de transição, as entidades deverão avaliar os impactos da reforma na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, especialmente no que se refere à recuperabilidade dos créditos de ICMS, PIS e COFINS acumulados sob o regime vigente, considerando sua eventual compensação no novo sistema ou a possibilidade de perda do direito creditório.

Sob a ótica contábil, a reforma poderá demandar a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão analisar a recuperabilidade dos créditos tributários existentes, à luz das regras de transição e das condições estabelecidas pela nova legislação.

Até a presente data, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não emitiram pronunciamento formal sobre os impactos contábeis decorrentes da reforma. Diante disso, as entidades devem acompanhar a evolução normativa e avaliar continuamente os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras, divulgando em notas explicativas as principais incertezas, estimativas e julgamentos envolvidos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Fixo	-	-	15	34
Bancos Conta Corrente	17	20	175	118
Aplicações de Liquidez Imediata	2.585	1.911	67.128	76.467
Total	2.602	1.931	67.318	76.620

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que o Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB"), fundo de investimento e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações estando a remuneração relacionada a uma variação média anual ponderada de aproximadamente 100,15% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2025 (100,17% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do Pronunciamento Contábil CPC 03.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber				
Órgãos Públicos	-	-	41.033	47.668
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	-	-	119.949	116.415
Clientes Particulares	-	-	2.911	533
Clientes Partes Relacionadas (i)	1.275	1.217	-	-
	<u>1.275</u>	<u>1.217</u>	<u>163.893</u>	<u>164.616</u>
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(94.396)	(93.077)
Total	<u>1.275</u>	<u>1.217</u>	<u>69.497</u>	<u>71.539</u>

(i) As transações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9 – Partes Relacionadas.

Demonstramos abaixo a abertura de contas a receber por idade de vencimento:

Aging List de Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer até 60 dias	-	-	15.884	18.539
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	10.867	7.732
Vencidos de 31 a 180 dias	-	-	14.498	13.651
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-	12.811	11.542
Vencidos acima de 365 dias	-	-	78.988	79.516
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133.048</u>	<u>130.980</u>
Direitos a faturar	-	-	30.845	33.636
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>163.893</u>	<u>164.616</u>

Apresentamos a seguir a composição do total do contas a receber vencido, líquido das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Contas a Receber	Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber				
Órgãos Públicos	10.720	(3.450)	7.270	5.417
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	105.852	(90.663)	15.189	13.772
Clientes Particulares	592	(283)	309	175
	<u>117.164</u>	<u>(94.396)</u>	<u>22.768</u>	<u>19.364</u>

A movimentação de Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa da Empresa é a seguinte:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	(87.013)
Adições	(19.352)
Reversões	<u>13.288</u>
Em 31 de dezembro de 2024	(93.077)
Adições	(13.607)
Reversões	7.328
Baixas	<u>4.960</u>
Em 31 de dezembro de 2025	(94.396)

Garantias

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. efetuou as seguintes cessões em garantias:

a) Contas a receber das tarifas de coleta de lixo de Balneário Camboriú cedidos em garantia nas duas operações de Finame Materiais realizadas pela Empresa com o Banco Bradesco S.A.

b) Contas a receber das tarifas de coleta de lixo dos municípios de São José, Itapema e Itajaí em garantia na operação de emissão de notas comerciais da controlada com o Banco Itaú S.A.

c)
8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CSRF a Recuperar	-	-	38	244
IRRF a recuperar (i)	3.094	2.183	14.201	8.706
Crédito Judicial - INSS (ii)	-	-	787	787
Outros impostos a recuperar	-	-	2.925	121
Total	<u>3.094</u>	<u>2.183</u>	<u>17.951</u>	<u>9.858</u>

(i) Os saldos apresentados na controladora referem-se, substancialmente, ao imposto retido na fonte no resgate de aplicações financeiras e juros sobre capital próprio, recebido de sua controlada. Nas controladas, os saldos apresentados referem-se, substancialmente, ao imposto de renda retido na fonte pelos clientes, discriminados em notas fiscais de serviço.

(ii) Refere-se ao saldo de contingência ativa, no qual a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. solicitou inexistência de Contribuição Previdenciária e contribuição destinada a Terceiros sobre o abono assiduidade, salário-maternidade, bem como sobre os dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença, o qual teve sentença transitada em julgado a favor da Companhia no exercício de 2021.

9. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política formal para identificação, registro e divulgação de transações com partes relacionadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Essa política estabelece critérios para identificação das partes relacionadas e das transações realizadas com essas partes, bem como orienta o adequado reconhecimento, mensuração e divulgação dessas operações nas demonstrações financeiras.

As transações com partes relacionadas são autorizadas e aprovadas pela alta administração da Companhia e registradas pela área de Contabilidade, com acompanhamento da Controladoria, assegurando que tais operações sejam devidamente refletidas e divulgadas nas demonstrações financeiras, conforme os requisitos do CPC 05 (R1).

As seguintes transações foram registradas com partes relacionadas:

(a) Empréstimos com Partes Relacionadas

Parte Relacionada	Taxa de juros	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Itajaí Biogás e Energia S.A. (investida)	Poupança	Contrato de mútuo	-	-	1.018	184
			-	-	1.018	184
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (controlada) (i)	IPCA	Contrato de mútuo	142.447	102.066	-	-
			142.447	102.066	-	-

- (i) Refere-se, substancialmente, à contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., para cumprimento de suas obrigações financeiras.
- (ii) Os contratos de mútuo com Partes Relacionadas são efetuados à condições equivalentes às praticadas no mercado. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estando sujeitos a juros. Não houve garantias pagas ou recebidas em relação a quaisquer contratos com Partes Relacionadas.

A movimentação dos saldos de empréstimos a receber de Partes Relacionadas está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93.348	172
Adições	5.000	-
Atualização	4.583	14
Imposto Retido	(865)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	102.066	184
Adições	36.000	800
Atualização	4.889	41
Imposto Retido	(507)	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	142.447	1.018

(b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar

Abaixo apresentamos o saldo de Juros sobre Capital Próprio creditados e não quitados ou recebidos nas datas das Demonstrações Financeiras e Lucros Distribuídos a pagar:

Parte Relacionada	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (controlada)	Juros sobre o Capital Próprio a receber	12.386	10.020	-	-
		<u>12.386</u>	<u>10.020</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo					
Acionistas pessoa física	Juros sobre o Capital Próprio a pagar	5.742	4.354	5.742	4.354
	Lucros Distribuídos a pagar	61.549	-	61.549	-
		<u>67.291</u>	<u>4.354</u>	<u>67.291</u>	<u>4.354</u>
Passivo Circulante		26.258	4.354	26.258	4.354
Passivo Não Circulante		41.033	-	41.033	-

A movimentação dos Juros sobre Capital Próprio é demonstrado abaixo:

	A receber		A pagar	
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>6.235</u>	<u>1.760</u>	<u>-</u>	<u>1.760</u>
JSCP creditado	18.913	7.933	-	7.933
Recebimentos/Pagamentos	<u>(15.127)</u>	<u>(5.339)</u>	<u>-</u>	<u>(5.339)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>10.020</u>	<u>4.354</u>	<u>-</u>	<u>4.354</u>
JSCP creditado	26.799	9.364	-	9.364
Recebimentos/Pagamentos	<u>(24.434)</u>	<u>(7.976)</u>	<u>-</u>	<u>(7.976)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>12.386</u>	<u>5.742</u>	<u>-</u>	<u>5.742</u>

(c) Demais transações com partes relacionadas

Os saldos demonstrados abaixo possuem relação com partes relacionadas da Companhia:

Ambiental Participações S.A.

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (controlada)	7	Contas a Receber - Locação de bens móveis	1.275	1.217	-	-
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócias em comum)	17	Direito de uso de Arrendamento - locação de imóveis	-	-	361	720
Total de saldos com outras transações com Partes Relacionadas - Ativo			1.275	1.217	361	720

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Emtuco Serviços e Participações S/A (socios com vínculo familiar)	18	Contratação de serviços	-	-	-	4
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócias em comum)	17	Passivo de arrendamento - locação de imóveis	-	-	365	764
Acionistas não controladores (i)	22	Aquisição de cotas de acionista não controlador - Ecotrash	-	-	-	137
Total Partes Relacionadas - Passivo Circulante			-	-	365	905

(i) Refere-se à aquisição das cotas de sócio não controlador da controlada indireta Ecotrash Consultoria Empresarial Ltda.

As transações da Companhia com partes relacionadas estão assim representadas na Demonstração de Resultados:

Parte Relacionada	Controladora			
	Resultado financeiro		Receita operacional bruta	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (controladora)	(4.889)	(4.583)	15.295	13.395
Total de transações com Partes Relacionadas	(4.889)	(4.583)	15.295	13.395

Parte Relacionada	Consolidado			
	Resultado financeiro		Custo dos Serviços Prestados	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Emtuco Serviços e Participações S.A. (i)	-	-	(3.694)	(4.297)
Itajaí Biogás e Energia S.A.	41	14	-	-
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (ii)	(46)	(55)	(681)	(833)
Total de transações com Partes Relacionadas	(5)	(41)	(4.375)	(5.130)

(i) Refere-se, substancialmente, a contratação de mão de obra para operação dos serviços de limpeza urbana.

(ii) Refere-se, substancialmente, a locação de imóveis.

Demais informações sobre as transações com partes relacionadas

a) Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração com três integrantes e uma Diretoria Executiva com dois integrantes.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como o Grupo não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas e diretores da Companhia.

A remuneração paga ao Conselho de Administração por seus serviços correspondeu ao montante consolidado de R\$ 332 (R\$ 692 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) e da Administração da Companhia ao montante de R\$ 1.340 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.705 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Ambiental Participações S.A.
10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos com terceiros	-	40	1.153	87
Crédito referente alienação de investimentos (i)	1.097	1.476	1.097	1.475
Despesas do exercício seguinte - seguros a apropriar	-	-	27	40
Adiantamentos a funcionários	-	-	142	142
Adiantamentos a fornecedores (ii)	-	-	8.623	825
Precatório a receber (iii)	-	-	29.077	5.223
Crédito de suplementos (iv)	-	-	29.202	23.290
Total	1.097	1.516	69.321	31.082
Ativo Circulante	447	453	10.410	1.509
Ativo Não Circulante	650	1.063	58.911	29.573

(i) Créditos referente alienação de investimento

A Companhia assinou em 05 de janeiro de 2023 o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda das quotas da Engeco Projetos e Construções Ltda., através da qual transferiu ao comprador 100% das quotas. O valor total da alienação acordado entre as partes foi de R\$ 2.300, dividido em 60 parcelas.

(ii) Adiantamentos a fornecedores: a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. adiantou valores referente a tecnologia que está sendo desenvolvida no Aterro de Erval Velho, como alternativa para o tratamento de resíduos.

(iii) Precatórios a receber

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. reconheceu valores decorrentes de processos de cobrança de seus clientes. Os processos são listados abaixo:

- a. Processo 5006121-51.2022.8.24.0031 movido contra o Município de Indaial, cujo objeto era a cobrança de atualização monetária decorrente de atraso de pagamento, diferenças de aprovação de reajuste anual e revisões de preço. O valor atualizado do precatório é de R\$ 205 e a expectativa de recebimento é para o segundo semestre/2026.
- b. Processo 5033811-17.2023.8.24.0000 movido contra o Município de São José: cujo objeto era a expedição de mandado de pagamento ao município para que efetuasse pagamento de fatura não quitada. O valor atualizado do precatório é de R\$ 1.999 e a expectativa de recebimento é para o primeiro semestre/2026.
- c. Processo 0004982-71.2020.8.24.0500 movido contra o Município de Balneário Camboriú, cujo objeto era o pedido de equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, que cobra o saldo da arrecadação da Tarifa de Coleta de Lixo do ano de 1998. O valor atualizado do precatório é de R\$ 1.509. A última parcela do crédito será recebida em 2026.
- d. Processo 5032296-73.2025.8.24.0000 movido contra o Município de Joinville, cujo objeto era o pedido de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, que cobra o saldo da arrecadação da Tarifa de Coleta de Lixo do ano de 2003. O valor atualizado do precatório é de R\$ 25.363. A expectativa é de que o recebimento ocorra no 1º semestre de 2028.

(iv) Créditos de suplemento

- (i) Município de Joinville: A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. assinou no dia 20 de abril de 2022 o 8º Termo Aditivo ao Contrato 378/2022 - Contrato de Concessão com o Município de Joinville. O Termo Aditivo determinou cronograma financeiro para quitação dos valores de suplementos, que representam a parte dos serviços remunerados pelo município. Desde a assinatura do Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2024, o crédito de suplemento foi reconhecido de acordo com valores aprovados pelo Município anualmente. Durante o ano de 2025, R\$ 5.915 já foram quitados do saldo a receber, conforme previsto previamente no Termo Aditivo.

O percentual do suplemento relativo às construções de obras está registrado na rubrica de Ativo de Contrato.

- (ii) Município de São José: no dia 18 de dezembro de 2025 a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. assinou o 11º Termo Aditivo ao Contrato 001/2004 – Contrato de Concessão com o Município de São José. O Termo Aditivo previu a diluição do suplemento tarifário ao longo do prazo do Contrato de Concessão, prorrogado nesse mesmo termo aditivo até o ano de 2046.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Composição dos impostos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ativo fiscal diferido</u>				
Ativo Intangível e Financeiro - Custos de Construções de Concessão	-	-	(35.160)	(33.347)
Arrendamentos	-	-	(241)	(61)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(1.171)	(969)
Provisão para Contingências	-	-	(1.711)	(1.684)
Ágio gerado em aquisições de investimentos	-	-	3.081	652
Provisão para Encerramento dos Aterros Sanitários	-	-	(450)	(283)
<u>Passivo fiscal diferido</u>				
Imobilizado - Custo Atribuído	-	-	897	897
Imobilizado - Revisão da Vida Útil	2.111	1.355	7.869	6.704
Ativo Intangível e Financeiro - Construções de Concessões (i)	-	-	58.939	52.988
Receitas de Precatórios	-	-	9.886	1.776
Lucro Diferido com Órgãos Governamentais (ii)	-	-	13.711	12.795
Ativo e passivo fiscal diferido, líquido	2.111	1.355	55.650	39.468

- (i) Referem-se ao diferimento do resultado contábil gerado no reconhecimento das obras de Ativos de Contrato, até a sua realização efetiva.
- (ii) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

b) Reconciliação da Alíquota Nominal com a Taxa Efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis aos lucros individual e consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	64.001	49.099	83.964	68.719
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(21.760)	(16.694)	(28.548)	(23.364)
Efeito das adições (exclusões)	18.400	15.877	2.531	2.927
Equivalência patrimonial	24.662	20.657	(207)	(144)
Juros sobre o Capital Próprio	(6.974)	(4.512)	3.746	3.054
Prejuízo Fiscal	712	(266)	(1.271)	(378)
Outros	-	(2)	263	395
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(3.360)	(817)	(26.017)	(20.437)
Composição do IR e da CS:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.604)	(236)	(9.835)	(12.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(756)	(581)	(16.182)	(8.007)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(3.360)	(817)	(26.017)	(20.437)
Alíquota efetiva	-5%	-2%	-31%	-30%

12. ATIVO DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de contrato	52.860	145.190

A redução do saldo dos Ativos de contrato em 2025 refere-se a finalização da construção da obra Unidade de Recuperação Energética, localizada no Aterro Sanitário de Joinville. No processo de renovação da sua concessão junto à Prefeitura Municipal de Joinville, a Companhia assumiu a contrapartida de desenvolver uma linha de produção para geração de CSBI - Composto Biossintético Industrial, composto este que será utilizado como combustível em uma caldeira de vapor, com intuito de gerar energia elétrica via turbogerador. A receita reconhecida referente esta obra totaliza o montante de R\$ 95.323.

Os saldos restantes representam as demais obras vinculados aos Contratos de Concessão que ainda não foram finalizadas.

Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica:

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	106.449
Adições	43.471
Juros	1.631
Transferências	(6.229)
Baixas por recebimento	(132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>145.190</u>
Adições	21.446
Juros	858
Transferências	(113.972)
Baixas por recebimento	(662)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>52.860</u>

13. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

O ativo financeiro é representado pelo direito de faturar receitas decorrentes de construções relacionadas aos contratos de concessões públicas. A amortização do saldo ocorre na medida em que há o recebimento da contrapartida do cliente.

- Os saldos referem-se à construções vinculadas aos contratos de concessão de Joinville e Itajaí. Não há expectativa de recebimento dos saldos a curto prazo.

	<u>Consolidado</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.842	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.842	
Baixas por recebimento	<u>(33)</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.809	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante	-	-
Não Circulante	1.809	1.842

14. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Empresas Controladas</u>				
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	385.938	344.933	-	-
<u>Empresas Coligadas</u>				
Itajaí Biogás e Energia S.A.	-	-	261	871
<u>Outros Investimentos</u>				
Cotas de capital em cooperativas (i)	4	3	392	383
Total Investimentos	385.942	344.935	653	1.254

(i) Refere-se às cotas de capital nas cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob, requisito obrigatório para manutenção da conta e relacionamento nessas instituições.

b) Movimentação dos investimentos – Controladora

	Saldo Inicial	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo Final
<u>Controladas (Diretas)</u>				
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	317.450	(33.273)	60.756	344.933
Em 31 de dezembro de 2024	317.450	(33.273)	60.756	344.933
<u>Controladas (Diretas)</u>				
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	344.933	(31.530)	72.535	385.938
Em 31 de dezembro de 2025	344.933	(31.530)	72.535	385.938

c) Movimento de outros investimentos - Consolidado

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Saldo Final</u>
<u>Itajaí Biogás</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.294	(423)	871
<u>Itajaí Biogás</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	871	(610)	261
	<u>871</u>	<u>(610)</u>	<u>261</u>

(i) Refere-se à participação da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., a qual representa uma coligada pois a controlada não possui controle sobre a Itajaí Biogás.

Ambiental Participações S.A.

d) Resumo das Informações Financeiras de Controladas

		2024										
		% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento	Receita Líquida de Serviços	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
Controladas Diretas												
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.		100,00%	248.664	114.440	134.224	397.557	186.848	210.709	344.933	344.933	618.995	60.756
Investimento em controladas em 31 de dezembro 2024										344.933		
		2025										
		% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento	Receita Líquida de Serviços	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
Controladas Diretas												
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.		100,00%	286.077	133.924	152.153	447.536	213.752	233.784	385.938	385.938	643.399	72.535
Investimento em controladas em 31 de dezembro 2025										385.938		

e) Consórcios e Sociedades de Propósito Específico

A Companhia possui participação em consórcios e/ou Sociedades de Propósito Específico através de suas controladas Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Ambiental Meio Ambiente Ltda.. O objetivo dos consórcios e sociedades é a participação da Companhia em licitações, atuando com as demais consorciadas e/ou sócios no setor de Limpeza Urbana ou Saneamento.

Abaixo citamos os consórcios/SPEs vigentes na data da elaboração dessas demonstrações financeiras:

Consórcios e SPEs	Consortiadas/Sócias	Objeto
Consórcio Ambiental São José Ltda.	Ambiental Limpeza Urbana Saneamento Ltda. e Ecotrash - Consultoria Empresarial, Conservação, Limpeza e Saneamento Ltda.	Contrato de Concessão de Limpeza Urbana do Município de São José/SC
Consórcio Jaraguá Limpeza Urbana Ltda.	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Versa Engenharia Ambiental Ltda.	Prestação de Serviços de Limpeza Urbana à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC
Consórcio Camboriú Proactiva-Ambiental	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.	Prestação de Serviços de Limpeza Urbana à Prefeitura Municipal de Camboriú/SC
Consórcio Saneamento Balneário Camboriú	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Feco Eletromecânica Ltda.	Prestação de Serviços de Saneamento ao EMASA - Empresa Municipal Água e Saneamento em Balneário Camboriú/SC
Riosulense SPE Ltda.	Ambiental Meio Ambiente Ltda., Planalto Resíduos Ltda. e Saay's Soluções Ambientais Ltda.	Concessão patrocinada dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana do município de Rio do Sul/SC
CSA Rolândia SPE S.A.	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Sanetran - Saneamento Ambiental Ltda.	Concessão patrocinada dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana do município de Rolândia/PR

15. IMOBILIZADO

	Controladora		
	Veículos (b)	Imobilizado em Andamento (c)	Total
Taxa de depreciação	14 a 25%		
Custo	20.138	11.050	31.188
Depreciação Acumulada	(2.929)	-	(2.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.209	11.050	28.259
Adições	-	3.615	3.615
Baixas	-	-	-
Transferências	14.665	(14.665)	-
Depreciação	(3.548)	-	(3.548)
Baixas da Depreciação	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.326	-	28.326
Custo	34.803	-	34.803
Depreciação Acumulada	(6.477)	-	(6.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.326	-	28.326
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Depreciação	(4.102)	-	(4.102)
Baixas da Depreciação	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	24.224	-	24.224
Custo	34.803	-	34.803
Depreciação Acumulada	(10.579)	-	(10.579)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	24.224	-	24.224

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em, 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os veículos adquiridos através de Financiamentos são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de veículos para a operação da Companhia, que ainda não entraram em operação.

Ambiental Participações S.A.

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos (b)	Equipamentos de Comunicação	Imobilizado em Andamento (c)	Mais valia imobilizado (d)	Provisão para Encerramento dos Aterros (e)	Total
Taxa de depreciação		2%	6,66%	5 a 10%	10%	20%	14 a 25%	20%				
Custo	11.173	103	4.911	24.477	1.418	2.433	108.278	54	15.355	24.685	10.686	203.573
Depreciação Acumulada	-	(103)	(2.319)	(13.225)	(949)	(1.306)	(53.454)	(54)	-	(8.494)	(344)	(80.248)
SalDOS em 31 de dezembro	11.173	-	2.592	11.252	469	1.127	54.824	-	15.355	16.191	10.342	123.325
Adições	1.056	-	509	4.005	703	629	1.858	-	30.528	-	-	39.288
Baixas	(307)	-	(71)	(276)	(68)	(291)	(1.630)	(14)	(90)	(556)	-	(3.303)
Transferências	-	-	1.263	614	68	29	35.107	-	(37.081)	-	-	-
Depreciação	-	-	(1.001)	(2.202)	(114)	(389)	(11.142)	-	-	(4.364)	(428)	(19.640)
Baixas da Depreciação	-	-	44	131	63	280	1.228	14	-	314	-	2.074
SalDOS em 31 de dezembro	11.922	-	3.336	13.524	1.121	1.385	80.245	-	8.712	11.585	9.914	141.744
Custo	11.922	103	6.612	28.820	2.121	2.800	143.613	40	8.712	24.129	10.686	239.558
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.276)	(15.296)	(1.000)	(1.415)	(63.368)	(40)	-	(12.544)	(772)	(97.814)
SalDOS em 31 de dezembro	11.922	-	3.336	13.524	1.121	1.385	80.245	-	8.712	11.585	9.914	141.744
Adições	-	-	84	1.960	123	506	4.173	-	25.616	-	-	32.462
Baixas	-	-	(34)	(226)	(135)	(142)	(814)	(17)	(2)	(271)	-	(1.641)
Transferências	-	-	5.164	975	113	180	12.092	-	(18.524)	-	-	-
Depreciação	-	-	(713)	(2.402)	(162)	(478)	(14.501)	-	-	(2.808)	(340)	(21.404)
Baixas da Depreciação	-	-	20	148	116	107	671	17	-	270	-	1.349
SalDOS em 31 de dezembro	11.922	-	7.857	13.979	1.176	1.558	81.866	-	15.802	8.776	9.574	152.510
Custo	11.922	103	11.826	31.529	2.222	3.344	159.064	23	15.802	23.858	10.686	270.379
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.969)	(17.550)	(1.046)	(1.786)	(77.198)	(23)	-	(15.082)	(1.112)	(117.869)
SalDOS em 31 de dezembro	11.922	-	7.857	13.979	1.176	1.558	81.866	-	15.802	8.776	9.574	152.510

Ambiental Participações S.A.

- (a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.
- (b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os veículos adquiridos através de Financiamento são garantia que suportam os respectivos contratos.
- (c) O saldo refere-se, substancialmente, à reforma de veículos para adequação da frota da Empresa, obras de ampliação de áreas de destinação de resíduos e desenvolvimento de tecnologias nos aterros sanitários.
- (d) A mais valia refere-se ao valor justo sobre o imobilizado do Grupo Tucano adquirido durante o ano de 2022.
- (e) Refere-se à provisão com custos futuros para encerramento dos aterros sanitários, representa um conjunto de medidas futuras de responsabilidade da Empresa para remediação ambiental, visto que a Empresa possui obrigação sobre o solo e manutenções, o tratamento de todo o chorume restante nas estações de tratamento e manutenção dos sistemas de tratamento, até 20 anos após o encerramento dos ativos. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 15% a.a.

Ambiental Participações S.A.

16. INTANGÍVEL

Consolidado	Software	Obras em Aterro Sanitário	Sistema de Contentores Subterrâneos	Outros (a)	Intangível em Andamento	Contratos de Concessão (b)	Mais Valia - Licenças de operação de aterros sanitários (c)	Mais Valia - Relacionamento com clientes (c)	Ágio (d)	Total
Taxas de amortização a.a.	20%	20%	5%							
Custo	982	1.470	1.221	509	2	13.220	48.500	25.422	23.590	114.916
Amortização Acumulada	(619)	(1.346)	(366)	(100)	-	(5.143)	(8.518)	(7.766)	-	(23.857)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	363	124	855	409	2	8.077	39.983	17.657	23.590	91.059
Adições	189	-	-	-	151	6.229	-	-	-	6.569
Transferência Cisão	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Amortização	(142)	(15)	(95)	(36)	-	(1.179)	(5.111)	(3.020)	-	(9.598)
Transferência Cisão Amortização	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410	109	760	373	153	13.127	34.872	14.637	23.590	88.030
Custo	1.170	1.470	1.221	509	153	19.449	48.500	25.422	23.590	121.485
Amortização Acumulada	(760)	(1.361)	(461)	(136)	-	(6.322)	(13.629)	(10.786)	-	(33.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410	109	760	373	153	13.127	34.872	14.637	23.590	88.030
Adições	19	-	-	-	169	113.972	-	-	-	114.160
Baixas	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)
Transferências	300	-	-	-	(300)	-	-	-	-	-
Baixas Amortização	20	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Amortização	(186)	(15)	(95)	(36)	-	(4.787)	(5.111)	(3.020)	-	(13.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	512	94	665	337	22	122.312	29.761	11.617	23.590	188.909
Custo	1.438	1.470	1.221	509	22	133.421	48.500	25.422	23.590	235.594
Amortização Acumulada	(926)	(1.376)	(556)	(172)	-	(11.109)	(18.740)	(13.806)	-	(46.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	512	94	665	337	22	122.312	29.760	11.616	23.590	188.909

Ambiental Participações S.A.

(a) A média de amortização dos itens gira em torno de 5% ao ano.

(b) O prazo do intangível é determinado de acordo com o prazo contratual da concessão. As adições referem-se à transferências das obras do Ativo de Contrato, após sua finalização. Durante o ano de 2025 foi concluída a construção da obra Unidade de Recuperação Energética, localizada no Aterro Sanitário de Joinville. No processo de renovação da sua concessão junto à Prefeitura Municipal de Joinville, a Companhia assumiu a contrapartida de desenvolver uma linha de produção para geração de CSBI - Composto Biossintético Industrial, composto este que será utilizado como combustível em uma caldeira de vapor, com intuito de gerar energia elétrica via turbogerador.

(c) A mais valia refere-se ao valor justo sobre as licenças de operação dos aterros sanitários e carteira de clientes do Grupo Tucano, adquirido durante o ano de 2022. O prazo de vida útil para amortização da mais valia dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

(d) Ágios oriundos de aquisição das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., ocorridas no dia 1º de maio de 2022. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos foram reconhecidos e testados em relação aos seus valores recuperáveis onde não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. O prazo de vida útil para amortização dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado com base no valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração ao longo do período de vida útil dos ativos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de caixa é de 11,5%. A taxa média de crescimento da receita considerada ao longo do prazo das projeções foi de 3,5%.

17. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 as controladas possuíam 87 (59 em 31 de dezembro de 2024) contratos de arrendamentos de máquinas e equipamentos e imóveis, os quais são utilizados em suas operações. Os prazos contratuais variam de 1 a 10 anos. A taxa utilizada para cálculo do valor presente foi de 14,90% (12,15% em 31 de dezembro de 2024), considerada como taxa de captação de recursos no mercado.

a) Direito de Uso de Ativos

	Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Máquinas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.952	-	2.073	4.025
Adições	7.593	-	7.881	15.474
Depreciação	(3.841)	-	(5.408)	(9.249)
Baixas por rescisão contratual	(229)	-	(215)	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.475	-	4.331	9.806
Adições	4.741	-	7.931	12.672
Depreciação	(4.375)	-	(7.290)	(11.665)
Baixas por rescisão contratual	(257)	-	(174)	(431)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	5.584	-	4.798	10.382

b) Passivo de Arrendamento

	Consolidado		
	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Arrendamentos A Pagar
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.437	(305)	4.133
Adições	18.468	(2.999)	15.469
Realização	(10.287)	1.068	(9.219)
Rescisão contratual	(410)	15	(395)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.208	(2.222)	9.988
Adições	14.745	(2.073)	12.672
Realização	(13.204)	1.888	(11.316)
Rescisão contratual	(395)	141	(254)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.354	(2.266)	11.090
Parcela Circulante	11.006	(2.009)	8.997
Parcela Não Circulante	2.348	(255)	2.093

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Consolidado		
	Imóveis	Máquinas	Total
2026	5.074	3.922	8.996
2027	413	1.099	1.512
2028	256	82	338
2029 até 2033	205	39	244
	5.948	5.142	11.090

d) Efeitos no resultado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	(11.665)	(9.249)
Despesas de juros sobre passivos de arrendamento	(898)	(1.068)
Despesas relativas à arrendamentos de ativos de baixo valor	(3.076)	(2.289)
Custos relativos à rescisão de contratos	(176)	10
	(15.815)	(12.596)

e) Movimentação de arrendamentos com partes relacionadas

	Consolidado		
	Direito de Uso	Arrendamentos a Pagar	Ajuste a Valor Presente
Saldos em 31 de dezembro de 2023	688	734	(40)
Adições	864	917	(53)
Baixas	(832)	(887)	55
Saldos em 31 de dezembro de 2024	720	764	(38)
Adições	433	469	(36)
Baixas	(792)	(843)	48
Saldos em 31 de dezembro de 2025	361	390	(26)

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Nacionais	-	-	15.958	13.339
Fornecedores - partes relacionadas (i)	-	-	-	4
Total	-	-	15.958	13.343

(i) As transações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9 - Partes Relacionadas.

A análise de vencimentos de fornecedores está apresentada a seguir:

Aging List de Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 30 dias	-	-	14.481	11.633
A vencer de 31 a 180 dias	-	-	759	1.329
A vencer de 181 a 365 dias	-	-	300	232
Vencidos até 365 dias	-	-	418	149
Total	-	-	15.958	13.343

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Encargos Financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	CDI + 3,16% a CDI + 3,19% a.a.	-	44.337	66.391	123.462
Financiamentos	Selic + 2,48% a Selic + 3,20% a.a.	22.735	28.807	91.613	50.478
Captação para investimentos	TR + 3,30% a.a.	49.577	49.691	53.618	49.691
Total		72.312	122.835	211.622	223.631
	Total Circulante	14.623	23.734	36.274	35.982
	Total Não Circulante	57.689	99.101	175.348	187.649

(i) Debêntures

Em 15 de julho de 2025, a Companhia realizou a quitação antecipada das Debêntures como parte de sua estratégia de gestão financeira e tributária, visando à otimização da estrutura de capital e à redução de encargos financeiros e fiscais associados à manutenção da dívida.

(ii) Nota Comercial

Em 28 de setembro de 2022, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. realizou a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos sob o regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$ 40.000. A dívida foi quitada antecipadamente no dia 28 de junho de 2023.

Em contrapartida, em 27 de junho de 2023, a Companhia realizou nova emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos sob o regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$ 90.000.

Os recursos líquidos captados serão destinados para investimentos de capital (capex) no âmbito dos contratos de concessão e reforço do capital de giro.

Possui garantia fidejussória, na forma de aval, e garantia real, na forma de cessão fiduciária.

A Nota Comercial será amortizada em 27 parcelas trimestrais, sendo a primeira paga em dezembro de 2023 e a última em junho de 2030. A remuneração incidirá sobre o valor unitário das Notas Comerciais e será correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 2,85% ao ano, base 252 dias úteis.

(iii) Finame Materiais

Em julho de 2025, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. realizou a emissão de dois contratos de Finame Materiais, linhas do BNDES repassadas pelo Banco Bradesco S.A.

Os recursos líquidos captados foram destinados para liquidação da operação de debêntures que estava alocada na Companhia.

Possui garantia fidejussória, na forma de aval, e garantia real, na forma de cessão fiduciária.

As duas operações serão amortizadas em 60 parcelas mensais, sendo a primeira paga em julho de 2027 e a última em junho de 2032. A remuneração incidirá sobre o valor unitário das operações e será correspondente à variação acumulada de 100% da taxa Selic de 1 dia, expressa na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 2,36% ao ano, base 252 dias úteis.

(iv) Finame Materiais

Finames e Cédula de Crédito Bancário

As captações foram realizadas para financiamento de aquisições dos principais ativos utilizados na operação dos serviços de Limpeza Urbana. A amortização dos contratos varia de mensal a trimestral, sendo o vencimento da última parcela em 2029.

(v) Captações para investimentos

Ambiental Participações S.A.
FINEP

A Companhia realizou captação de recursos via FINEP, no valor de R\$ 50.663, sendo liquidada em três parcelas, a primeira no valor de R\$ 26.112 em 14 de julho de 2023, a segunda no valor de R\$ 23.497 em 04 de dezembro de 2023 e a terceira no valor de R\$ 1.054 em 13 de agosto de 2025. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação da Unidade Piloto de Recuperação Energética de Resíduos Sólidos Urbanos, projeto em desenvolvimento no Município de Joinville. O plano de execução do projeto está estimado em 36 meses.

A amortização do principal ocorrerá em 109 parcelas mensais, iniciando 36 meses após a liquidação, sendo o último vencimento em 2035. O pagamento de juros ocorrerá de forma mensal, inclusive antes do primeiro vencimento.

Em janeiro de 2025, a Companhia realizou uma segunda captação de recursos da Finep via repasse do Banco ABC por meio da linha Inovacred, no valor de R\$ 8.029, sendo liquidada em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 4.029 em 23 de janeiro de 2025. Já a segunda parcela, no valor de R\$ 4.000, será liberada após a comprovação da utilização dos recursos da primeira. O objetivo do financiamento é custear parcialmente as despesas incorridas na elaboração e execução do Projeto de Gaseificação de Resíduos Sólidos Urbanos, em desenvolvimento no município de Erval Velho. O plano de execução do projeto está estimado em doze meses.

A amortização do principal ocorrerá em 60 parcelas mensais, iniciando 12 meses após a liquidação e com o último vencimento em 2028. O pagamento de juros ocorre de forma mensal, inclusive antes do primeiro vencimento.

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	122.835	129.856	223.631	222.546
(+) Adição de principal	1.041	13.445	50.061	30.778
(+) Adição de juros	10.977	13.133	31.524	26.049
(-) Amortização de principal	(54.595)	(22.939)	(71.202)	(32.935)
(-) Amortização de juros	(8.367)	(10.648)	(23.076)	(22.982)
(+) Custo de transação	421	(12)	684	175
Saldo no final do exercício	72.312	122.835	211.622	223.631

c) Cronograma de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	23.424	-	39.900
2026	15.909	25.966	47.913	49.777
2027	12.322	26.944	43.777	49.712
2028	9.500	9.164	38.547	29.524
2029	5.438	37.337	26.506	54.718
A partir de 2030	29.143	-	54.879	-
	72.312	122.835	211.622	223.631

d) Garantias

- Finames (financiamentos de veículos e equipamentos): (a) alienação fiduciária dos veículos adquiridos; (b) aval corporativo de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
- Cédula de Crédito Bancário (aquisição de veículos): (a) alienação fiduciária dos veículos adquiridos; (b) aval

Ambiental Participações S.A.

corporativo de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

- Finame Materiais: (a) aval corporativo da Ambiental Participações S.A. e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos Contratos de Concessão celebrados entre a Companhia e o Município de Balneário Camboriú/SC e também da conta vinculada onde transitam esses recursos.
- Nota Comercial: (a) aval corporativo da Ambiental Participações S.A., Beta Desenvolvimento Imobiliário e Alfa Holding e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos Contratos de Concessão celebrados entre a Companhia e os Municípios de São José, Itapema e Itajaí/SC e também da conta vinculada onde transitam esses recursos.
- FINEP: Fiança bancária emitida anualmente com cobertura de 100% do valor do financiamento e/ou seguro-garantia emitido anualmente com cobertura de 100% do valor do financiamento.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros assumidos pela Companhia, através de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento no contrato da Nota Comercial são apurados anualmente com base nos números consolidados da Companhia, conforme estabelecido no contrato firmado e estão sendo cumpridos.

Dívida	Covenants	Medição em
Nota Comercial	Consolidado: (Dívida líquida + Dívida com <i>sellers</i>) / Ebitda \leq 3,5	31/12/2025
		1,43

Os compromissos não financeiros da Nota Comercial estão sendo cumpridos. Os principais são:

- (a) distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), dividendos e mútuos limitados a 35% do lucro líquido anual;
- (b) Negative Pledge de aval pessoal dos sócios em favor de terceiros e
- (c) manutenção de auditoria de 1ª linha (Big Four) durante toda a vigência da operação.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados a pagar	9.850	8.859
Encargos sobre a Folha a recolher	4.345	3.616
Provisão de férias	11.641	10.547
Encargos sobre férias	4.513	4.124
Outros	612	1.134
Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.961	28.280

Ambiental Participações S.A.
21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pis a recolher	153	114	435	715
COFINS a recolher	705	527	2.020	3.324
Pis a pagar sobre receita diferida (i)	-	-	1.343	1.033
COFINS a pagar sobre receita diferida (i)	-	-	6.412	4.772
ISS sobre faturamento a recolher	-	-	3.228	2.745
Outros	1.745	1.236	3.535	2.766
Passivo Fiscal Corrente				
IRPJ a recolher	-	-	-	-
CSLL a recolher	457	5	1.228	733
Total Circulante	3.060	1.882	18.201	16.088

(i) Referem-se à tributação diferida sobre faturamento contra Prefeituras nas controladas, em função do não recebimento.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de imóveis (a)	328	347
Indenizações a terceiros a pagar	8	748
Aquisição de investimentos (b)	24.582	23.853
Valores a repassar ao Poder Concedente	648	648
Aquisição de participação de acionista não controlador - parte relacionada	-	137
Outras contas a pagar	1.267	1.670
Adiantamentos de tarifa de coleta de lixo	1.452	1.450
Tarifa de coleta de lixo recebidas em duplicidade (c)	2.146	2.391
Total Circulante	30.431	31.244
Aquisição de investimentos (b)	19.767	33.767
Aquisição de imóveis (a)	5.505	5.836
Total Não Circulante	25.272	39.603

a) Aquisição de imóveis

Abaixo demonstramos a movimentação referente passivo com aquisição de imóveis:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.526
Pagamentos	(495)
Atualização monetária	152
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.183
Pagamentos	(511)
Atualização monetária	161
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.833

Ambiental Participações S.A.
b) Aquisição de investimentos

Em 30 de abril de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das quotas das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., em conjunto denominadas “Grupo Tucano”.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do passivo com os vendedores:

Fluxo de pagamentos	T.O.S.	TGA	Continental	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.719	9.932	14.372	69.023
Pagamento	(11.879)	(2.376)	(3.564)	(17.819)
Atualização monetária	4.278	855	1.283	6.416
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.118	8.411	12.091	57.620
Pagamento	(13.121)	(2.624)	(3.936)	(19.681)
Atualização monetária	4.273	855	1.282	6.410
Saldos em 31 de dezembro de 2025	28.270	6.642	9.437	44.349

O cronograma de pagamento do saldo da dívida decorrente da aquisição está demonstrado abaixo:

2026	22.817
2027	21.532
Total	44.349

c) Tarifas de coleta de lixo recebidas em duplicidade

Refere-se a valores de tarifa de coleta de lixo, recebidas em duplicidade dos clientes. Frequentemente, os clientes são informados da duplicidade gerada no sistema. A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. aguarda a decisão do cliente sobre como proceder com os valores.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia mensalmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram as seguintes:

Ambiental Participações S.A.

	Consolidado		Total
	Reclamações cíveis	Reclamações trabalhistas e previdenciárias	
Em 31 de dezembro de 2023	3.267	1.346	4.613
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.930	1.349	3.279
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.190)	(630)	(1.820)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(205)	(913)	(1.118)
Em 31 de dezembro de 2024	3.802	1.152	4.954
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.745	1.331	3.076
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.308)	(137)	(1.445)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(234)	(1.318)	(1.552)
Em 31 de dezembro de 2025	4.005	1.028	5.033

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do grupo são réis e para as quais a classificação de perda é provável. Os processos concentram-se na controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Riscos cíveis: As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por usuários do serviço da controlada ou acidentes de trânsito a envolvendo.

Riscos trabalhistas e previdenciários: Diversas ações, nas quais a controlada responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

Abaixo demonstramos o detalhamento dos saldos de depósitos judiciais:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	970	836
Trabalhista e previdenciário	873	188
Tributário	350	350
	2.193	1.374

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A controlada está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo demonstramos a composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	4.492	5.382
Trabalhistas	16.500	9.713
Tributário	3.090	3.111
Administrativo	12.240	1.719
Total	36.322	19.925

Ambiental Participações S.A.

A seguir apresentamos o resumo das ações mais relevantes:

(i) Cíveis

- Ação indenizatória referente a enchente ocorrida em imóvel localizado em Itajaí e suposta influência da Barragem do Rio Itajaí-Mirim para o evento, representa o valor estimado de R\$ 4.010 (R\$ 2.857 em 31 de dezembro de 2024) com base no valor dos pedidos.

(ii) Trabalhista

- Ações movidas em decorrência de acidentes de trabalho, requerendo indenização por danos morais e pensionamento, representam valor estimado de R\$ 7.285 (R\$ 3.443 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Tributário

- Ação civil pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina para discutir contrato de concessão; que o serviço deve ser cobrado por meio de taxa e não de tarifa no município de Balneário Camboriú; e que a Empresa não pode cobrar dos munícipes o serviço. A sentença julgou parcialmente procedente a ação e, desde então, foram interpostos recursos e, atualmente, o processo aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, tendo ocorrido a última atualização em 08 de janeiro de 2026. O valor possível de perda da causa estimada pelos assessores jurídicos é de R\$ 3.090 (R\$ 2.960 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) Administrativa

- Auto de infração visando apurar eventual irregularidade por descarte de resíduos de coleta seletiva em local sem licença ambiental no município de Camboriú, no valor atualizado/estimado de R\$ 1.851 (R\$ 1.642 em 31 dezembro de 2024).
- Auto de infração visando apurar eventual irregularidade por descarte de resíduos recicláveis em aterro sanitário, no valor estimado de R\$ 3.480.
- Ações indenizatórias referentes a acidentes envolvendo a Empresa que representam o valor atualizado/estimado de R\$ 1.644 (R\$ 1.177 em 31 de dezembro de 2024).

24. PROVISÃO PARA ENCERRAMENTO DOS ATERROS SANITÁRIOS

De acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico Contábil Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 25, a Empresa reconhece provisão para os custos estimados de encerramento e monitoramento ambiental de seus aterros sanitários próprios, tendo como contrapartida o custo do ativo relacionado.

A Empresa realizou provisão de custos futuros para encerramento dos aterros, que representam medidas tomadas para remediação ambiental, sabendo que a Empresa tem obrigatoriedade de acompanhamento do solo, tratamento do chorume gerado, manutenção do sistema de tratamento e demais custos ocorridos a fim de remediar possíveis danos ambientais ao local, por aproximadamente 20 anos após o encerramento das operações no aterro.

A determinação do método e valor a ser provisionado engloba diversas estimativas e suposições, baseadas na em estimativas técnicas internas e histórico de custos operacionais, considerando:

- custos estimados de monitoramento ambiental pós-encerramento;
- custos de manutenção dos sistemas de drenagem e tratamento de chorume;
- horizonte estimado de acompanhamento ambiental após o encerramento das operações..

No cálculo do ajuste a valor presente da provisão do passivo dos aterros é considerado o custo total estimado para a desmontagem e o encerramento. O cronograma de desembolso foi estimado a preços constantes e com base no fluxo de caixa descontado projetado utilizando a taxa de desconto real média de 15% a.a., representando

Ambiental Participações S.A.
o risco do passivo.

As estimativas utilizadas na mensuração dessa provisão envolvem julgamentos significativos da Administração, principalmente em relação:

- ao prazo estimado de monitoramento ambiental após o encerramento do aterro;
- aos custos futuros de remediação e manutenção ambiental;
- à taxa de desconto utilizada para cálculo do ajuste a valor presente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Companhia não possui ações em tesouraria, pagamento baseado em ações ou qualquer instrumento financeiro com possibilidade de conversibilidade em ação.

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 85.002, divididos em 85.002.000 (oitenta e cinco milhões e duas mil) de ações com valor unitário de R\$1 (um real) cada uma.

Dessa forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composto de 85.002.000 ações, sendo 75.002.000 (quarenta milhões e duas mil) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe A nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, e 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe B, nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma. As ações preferenciais classe A e B não possuem direito a voto.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

c) Reserva de contingência

Em cada exercício social, 35% do lucro líquido é destinado para a formação de uma reserva de contingência da Companhia, a fim de fazer frente a eventuais contingências passivas envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias, até que tal reserva de lucros atinja o montante determinado pela administração social como suficiente para fazer frente às contingências identificadas, após análise razoável e fundamentada.

d) Lucros Acumulados

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral do Conselho de Administração.

Distribuição de dividendos

Em 10 de janeiro de 2025, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram distribuição de lucros no valor de R\$ 2.646 de forma proporcional.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025, os acionistas aprovaram a constituição de dividendos calculados sobre a Reserva de Lucros, no montante de R\$ 61.549, a serem pagos durante os exercícios de 2026, 2027 e 2028, registrado nessa Demonstração Financeira.

A proposição foi concebida em linha com a regra de transição que afasta a incidência do Imposto de Renda das Pessoas Físicas sobre dividendos declarados até 31 de dezembro de 2025 sobre reservas de lucros acumulados em exercícios anteriores. Essa medida segue as determinações da Lei 9.250/1995 modificada pela Lei 15.270/2025.

Juros Sobre Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. Em 2025, a apuração de Juros sobre Capital Próprio da Companhia resultou no valor total de R\$ 11.017, sendo R\$ 9.629 pagos durante o ano de 2025.

- Em reunião realizada em 11 de abril de 2025, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 3.095 para o primeiro trimestre de 2025.
- Em reunião realizada em 14 de julho de 2025, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 3.850 para o segundo trimestre de 2025.
- Em reunião realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 4.072 para o terceiro trimestre de 2025.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Serviços	-	-	720.027	654.046
Receita de Locação	15.295	13.395	-	-
Receita de Construção	-	-	21.445	43.471
	<u>15.295</u>	<u>13.395</u>	<u>741.472</u>	<u>697.517</u>
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(1.415)	(1.239)	(87.787)	(78.556)
	<u>13.880</u>	<u>12.156</u>	<u>653.685</u>	<u>618.961</u>

27. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados e vendas		
Depreciações e Amortizações	(4.102)	(3.548)
Máquinas e Equipamentos	(46)	(201)
Outros		
Despesas diversas	(13)	-
Honorários e Despesas com terceiros	(879)	(510)
Impostos, taxas e contribuições	-	(17)
Outras Receitas (Despesas)	(103)	(411)
Custo de imóveis vendidos		(473)
Alienação de bens	-	400
Recuperação de créditos e despesas	624	513
Outros	(2.967)	(2.270)
	<u>(7.486)</u>	<u>(6.517)</u>
Classificação por função		
Custo dos serviços prestados e vendas	(3.562)	(3.252)
Gerais e administrativas	(3.856)	(2.783)
Outras receitas (despesas), líquidas	(68)	(483)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados e vendas		
Pessoal		
Remunerações	(155.994)	(139.670)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(57.686)	(51.722)
Benefícios	(28.613)	(24.636)
Despesas com pessoal	(4.787)	(4.532)
Operacional		
Água e Energia elétrica	(2.780)	(1.869)
Mão de obra terceirizada	(116.196)	(109.646)
Alugueis de Imóveis	(116)	(286)
Combustíveis e Lubrificantes	(38.443)	(33.406)
Depreciações e Amortizações	(46.319)	(38.487)
Construções de Contratos de Concessão	(8.119)	(24.882)
Máquinas e Equipamentos	(40.514)	(39.201)
Materiais	(36.484)	(32.177)
Outros		
Despesas diversas	(8.507)	(8.887)
Honorários e Despesas com terceiros	(40.412)	(35.962)
Impostos, taxas e contribuições	(5.308)	(5.597)
Outras Receitas (Despesas)	(626)	(69)
Custo de imóveis vendidos	-	(473)
Provisões para contingências	(80)	(340)
Alienação de bens	54	544
Recuperação de créditos e despesas	44.356	28.203
Outros	(7.131)	(4.934)
	(553.705)	(528.029)
Classificação por função		
Custo dos serviços prestados e vendas	(524.936)	(499.900)
Gerais e administrativas	(40.440)	(35.149)
Outras receitas (despesas), líquidas	11.671	7.020

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	476	254	14.640	13.308
Juros recebidos	383	-	34.037	12.785
Juros sobre Ativos de Concessão	-	-	858	1.631
Descontos Obtidos	-	-	511	234
Atualização monetária sobre mútuos	-	-	153	19
Atualização monetária sobre recuperação de impostos	91	190	704	295
	<u>950</u>	<u>444</u>	<u>50.903</u>	<u>28.272</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	-	-	(1.949)	(1.067)
Comissões e despesas bancárias	(7)	(8)	(170)	(216)
Juros pagos ou incorridos	(1)	(9)	(376)	(424)
Multas por atraso no pagamento	(2)	(3)	(30)	(39)
Descontos concedidos	-	-	(18.816)	(8.882)
Impostos sobre operações financeiras	(2)	(3)	(750)	(956)
Juros e despesas sobre empréstimos e financiamentos	(10.977)	(13.133)	(31.524)	(26.049)
Atualização monetária sobre saldo a pagar de aquisição de empresas	-	-	(6.414)	(6.444)
Atualização monetária sobre mútuos	(4.889)	4.583	-	-
	<u>(15.878)</u>	<u>(17.739)</u>	<u>(60.029)</u>	<u>(44.077)</u>
Resultado financeiro líquido	(14.928)	(17.295)	(9.126)	(15.805)

29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

29.1. Fatores de Risco Financeiros

Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de gerenciamento de capital e risco da taxa de juros. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos.

A gestão dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

A Companhia não realiza operações de crédito na modalidade “risco sacado” ou “forfait”.

a) Risco de Mercado

(i) *Risco de Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros*

(ii) O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, que decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); e (ii) empréstimos e financiamentos e estão atrelados aos indexadores Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), "Selic" ou Taxa Referencial ("TR").

Caso as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 10% e 20% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro seria alterado para mais ou para menos em decorrência de receitas de aplicações financeiras e despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos conforme o cenário provável, apresentado a seguir.

O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2025.

Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Saldos patrimoniais							
	31 de dezembro de 2025		Risco	Provável	+20%	+10%	-10%	-20%
	Ativo	Passivo						
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras								
Em CDI	67.128	-	Variação do CDI	10.002	12.002	11.002	9.002	8.002
Empréstimos e financiamentos								
Em CDI	-	(66.391)	Variação do CDI	(9.892)	(11.871)	(10.881)	(8.903)	(7.914)
Em Selic		(91.613)	Variação da Selic	(13.742)	(16.490)	(15.116)	(12.368)	(10.994)
Em TR		(53.618)	Variação da TR	(88)	(105)	(96)	(79)	(70)
				(23.722)	(28.466)	(26.094)	(21.350)	(18.977)
Arrendamento mercantil								
Em CDI	-	(11.090)	Variação do CDI	(1.652)	(1.983)	(1.818)	(1.487)	(1.322)
	67.128	(222.712)		(15.372)	(18.447)	(16.909)	(13.835)	(12.298)

Ambiental Participações S.A.

Indicadores da Macroeconomia	Fonte	
CDI	Focus	14,90%
Selic	Focus	15,00%
TR	Focus	0,163%

b) Risco de Crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis entre cobranças de tarifas de coleta de lixo para os usuários, mediante emissão de carnê próprio e cobrança dos serviços diretamente para as pessoas físicas, jurídicas, prefeituras, autarquias e empresas de economia mista são inerentes ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço.

c) Risco de Liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	15.958	-	-	-	15.958
Empréstimos e financiamentos	47.913	43.777	106.755	13.180	211.625
Arrendamento mercantil	8.996	1.512	374	208	11.090
	<u>72.867</u>	<u>45.289</u>	<u>107.129</u>	<u>13.388</u>	<u>238.673</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	13.344	-	-	-	13.344
Empréstimos e financiamentos	39.899	99.488	84.244	-	223.631
Arrendamento mercantil	5.518	1.655	2.813	-	9.986
	<u>58.761</u>	<u>101.143</u>	<u>87.057</u>	<u>-</u>	<u>246.961</u>